



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO**

**Processo Seletivo 2022 - PPGD/UFMG
ANEXO III do EDITAL
Referências Temáticas e Bibliográficas - Mestrado e Doutorado**

Instruções gerais: Em cada área de estudo, as referências temáticas correspondem a pontos numéricos, a serem objeto de sorteio, na fase da prova oral do Processo Seletivo. As referências bibliográficas são apresentadas de modo meramente sugestivo, sem limitar ou vincular a preparação e os estudos do candidato ou a avaliação a ser realizada pela Banca Examinadora.

LINHA DE PESQUISA 1

PODER, CIDADANIA E DESENVOLVIMENTO NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO

Área de Estudo: P-01 - Justiça Tributária e Segurança Jurídica

Referências temáticas

- 1) Justiça tributária e princípios constitucionais 1.1) Princípio da legalidade 1.2) Princípio da capacidade contributiva 1.3) Princípio da isonomia: liberdade e igualdade 1.4) O sobreprincípio da segurança jurídica
- 2) Imunidades tributárias 2.1) Distinção entre imunidade, isenção e não-incidência 2.2) Imunidades genéricas 2.3) Imunidades específicas
- 3) Tipos e conceitos no Direito Tributário 3.1) O uso de conceitos para atribuição de competências tributárias 3.2) O raciocínio tipológico e a questão da segurança jurídica 3.3) Acórdãos do STF: análise crítica do modo de pensar conceitual e tipificante no Direito Tributário
- 4) Conceito de tributo 4.1) História da tributação 4.2) Espécies tributárias 4.3) Impactos da predestinação das receitas na constitucionalidade dos tributos 4.4) As taxas e seu uso impróprio como substitutivas dos impostos
- 5) Interpretação e aplicação da legislação tributária 5.1) A interpretação como atividade reconstitutiva de sentido dos enunciados 5.2) As regras do CTN 5.3) A compatibilização do art. 111 do CTN com o princípio da igualdade
- 6) A proteção da confiança e a irretroatividade do Direito Tributário 6.1) Vinculação dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário 6.2) Boa fé 6.3) A transação como solução consensual no Direito Tributário
- 7) Poder de Polícia Fiscal 7.1) Conceito, meios, atributos, características, formas de atuação, limites 7.2) Manifestações do poder de polícia fiscal e limites à atuação do Fisco 7.3) Dívida ativa de créditos tributários: procedimento, inscrição, execução 7.4) Direito ao contraditório na fase fiscalizatória
- 8) Sanções tributárias 8.1) Multas por descumprimento de obrigação principal e acessória 8.2) O princípio da consunção e as multas fiscais 8.3) Limites decorrentes dos princípios constitucionais (proporcionalidade e não-confisco) 8.4) O uso das multas para submeter o contribuinte ao pagamento de dívidas em anistias: prejuízo para a segurança jurídica



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

Processo Seletivo 2022 - PPGD/UFMG
ANEXO III do EDITAL
Referências Temáticas e Bibliográficas - Mestrado e Doutorado

- 9) Tributação do consumo 9.1) Não-cumulatividade 9.2) O ICMS e a prestação de serviços 9.3) Tributação na era digital: conflitos ISSQN x ICMS 9.4) A tributação sobre a receita bruta
- 10) Tributação da renda. 10.1) Direito tributário e contabilidade 10.2) Existe um conceito constitucional de renda? 10.3) A dupla tributação internacional e os mecanismos para evitá-la.

Referências Bibliográficas (preferência para edições mais recentes)

ÁVILA, Humberto. Competências Tributárias. São Paulo: Malheiros.

BATISTA JÚNIOR, Onofre Alves. Poder de Polícia Fiscal. Belo Horizonte: Mandamentos.

BATISTA JÚNIOR, Onofre Alves. Por que a Guerra Fiscal? Os desafios do Estado na modernidade líquida. Revista Brasileira de Estudos Políticos. v.102, p. 305 - 341, 2011.

BATISTA JÚNIOR, Onofre Alves. Transações Administrativas. São Paulo: Quartier Latin.

BATISTA JÚNIOR, Onofre Alves. O outro Leviatã e a Corrida ao Fundo do Poço. Coimbra: Almedina.

COELHO, Sacha Calmon Navarro. Curso de Direito Tributário. Rio de Janeiro: Forense.

DERZI, Misabel Abreu Machado. Direito Tributário Brasileiro. Atualização da obra de Aliomar Baleeiro, Rio de Janeiro, Forense.

DERZI, Misabel Abreu Machado. Direito Tributário, Direito Penal e Tipo. São Paulo: Revista dos Tribunais.

DERZI, Misabel Abreu Machado. Limitações Constitucionais ao Poder de Tributar. Atualização da obra de Aliomar Baleeiro. Rio de Janeiro: Forense.

DERZI, Misabel Abreu Machado. Modificações da Jurisprudência no Direito Tributário: proteção da confiança, boa fé objetiva e irretroatividade como limitações constitucionais no poder judicial de tributar. São Paulo: Noeses.

DERZI, Misabel Abreu Machado. Os Conceitos Econômicos e Contábeis e sua Influência no Direito Tributário. Revista de Direito Tributário, v. 125, 2016, pp. 163-167.

DERZI, Misabel Abreu Machado. Tipos e Conceitos. A incompatibilidade do modo de pensar por tipos e as regras de competência tributária constitucionais (federalismo, separação de poderes, segurança jurídica e direitos e garantias fundamentais). Disponível em <https://sachacalmon.com.br/publicacoes/artigos/>

FONSECA, Fernando Daniel de Moura. Imposto sobre a Renda – uma proposta de diálogo com a contabilidade. Belo Horizonte: Fórum.

GUASTINI, Riccardo. Das Fontes às Normas. São Paulo: Quartier Latin.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EMDIREITO**

**Processo Seletivo 2022 - PPGD/UFMG
ANEXO III do EDITAL
Referências Temáticas e Bibliográficas - Mestrado e Doutorado**

LOBATO, Valter de Souza. O princípio da confiança estampado no art. 146 do CTN sob as perspectivas dogmática e jurisprudencial: um estudo em homenagem a Misabel de Abreu Machado Derzi. In: MOREIRA, André Mendes; BATISTA JÚNIOR, Onofre Alves; SILVA, Paulo Roberto Coimbra; LOBATO, Valter de Souza. (Org.). *Direito Tributário: uma visão da escola mineira - em homenagem a Misabel Abreu Machado Derzi*. 1ed. Belo Horizonte: Letramento, 2020, v. , p. 659-696.

LOBATO, Valter de Souza; DERZI, Misabel de Abreu Machado . Planejamento Tributário, a ADI 2446 e a Constitucionalidade da Norma Geral Antievasiva no Sistema Tributário Nacional. In: BRIGAGÃO, Gustavo; MATA, Juselder Cordeiro da. (Org.). *Temas de Direito Tributário em homenagem a Gilberto de Ulhôa Canto*. 1ed. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2020, v. 2, p. 449-474.

LOBATO, Valter de Souza; DERZI, Misabel de Abreu Machado ; TEIXEIRA, Tiago Conde . Da coisa julgada como Direito Fundamental Constitucional irreversível e a inaplicabilidade de sua flexibilização. In: MATA, Juselder Cordeiro da; BERNARDES, Flávio Couto; LOBATO, Valter de Souza. (Org.). *Tributação na sociedade moderna*. 1ed. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2021, v. 2, p. 177-200.

LOBATO, Valter de Souza. Estado democrático de direito. Segurança jurídica. A correta forma de interpretação dos benefícios fiscais e a concretização dos direitos sociais. In: MANEIRA, Eduardo; TORRES, Heleno Taveira. (Org.). *Direito Tributário e a Constituição: homenagem ao professor Sacha Calmon Navarro Coêlho*. 1ed. São Paulo: Editora Quartier Latin, 2012, v. , p. 849-888.

MOREIRA, André Mendes. *A Não-Cumulatividade dos Tributos*. São Paulo: Noeses.

MOREIRA, André Mendes. *A Tributação dos Serviços de Comunicação*. São Paulo: Noeses.

MOREIRA, André Mendes. *Neutralidade, Valor Acrescido e Tributação*. Belo Horizonte: Fórum, 2019.

MOREIRA, André Mendes e RIBEIRO, Jamir Calili. Metodologia do Direito Tributário e o Modo de Raciocar por Tipo e por Conceitos. In: Sacha Calmon Navarro Coelho. (Org.). *Segurança Jurídica*. Rio de Janeiro: GEN-Forense, 2013, v. 1, p. 517-538.

MOREIRA, André Mendes e MACHADO, Sophia Goreti Rocha. Conceito de Tributo e sua Divisão em Espécies. *Revista Fórum de Dir. Tributário*, nº 76. Belo Horizonte: Fórum, jul./ago. 2015, pp. 71-90.

RAZ, Joseph. The Rule of Law and its Virtue. In: *The Authority of Law: Essays on Law and Morality*. Oxford: Clarendon Press.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO**

**Processo Seletivo 2022 - PPGD/UFMG
ANEXO III do EDITAL
Referências Temáticas e Bibliográficas - Mestrado e Doutorado**

Área de Estudo: P-03 - Direito Penal Contemporâneo

Referências temáticas

- 1) O modelo constitucionalmente orientado de direito penal: princípios constitucionais em matéria penal.
- 2) Funções do Direito Penal.
- 3) Unidade e pluralidade de crimes; concurso de crimes e de normas
- 4) Teorias da ação e modelos teóricos de delito: evolução e debate contemporâneo.
- 5) Causalidade e imputação objetiva nos crimes comissivos e omissivos.
- 6) Tipicidade e causas de sua exclusão.
- 7) Ilicitude penal e causas de sua exclusão.
- 8) Culpabilidade e causas de sua exclusão.
- 9) Funções da pena e sua aplicação.
- 10) Responsabilidade e imputação em delitos empresariais

Referências bibliográficas

BATISTA, Nilo. ZAFFARONI, Eugenio Raúl. Direito penal brasileiro. Rio de Janeiro, Revan, 2003, v.I., 2010, v.II, I.

BRODT, Luís Augusto Sanzo. Da consciência da Ilicitude no Direito Penal Brasileiro. Belo Horizonte: Del Rey, 1996.

____. Novo estudo sobre a consciência da ilicitude. Porto Alegre: Nuria Fabris, 2019.

ESTELITA, Heloisa. Responsabilidade penal de dirigentes de empresas por omissão. São Paulo: Marcial Pons, 2017.

FERRAJOLI, Luigi. Direito e razão; teoria do garantismo penal. Trad. Ana Paula Zomer Sica. Fauzi Hassan Choukr, Juarez Tavares e Luiz Flávio Gomes. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.

GALVÃO, Fernando. Direito Penal: parte geral. 13a ed. Belo Horizonte: D'Plácido, 2020.

____. Teoria do crime da pessoa jurídica: proposta de alteração do PLS 236. Belo Horizonte: D'Plácido, 2020.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EMDIREITO**

**Processo Seletivo 2022 - PPGD/UFMG
ANEXO III do EDITAL
Referências Temáticas e Bibliográficas - Mestrado e Doutorado**

GRECO, Luís. Problemas de causalidade e imputação objetiva nos crimes omissivos impróprios. São Paulo: Marcial Pons, 2018.

HORTA, Frederico Gomes de Almeida. Do concurso aparente de normas penais. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2007.

____. Elementos normativos das leis penais e conteúdo intelectual do dolo: da natureza do erro sobre o dever extrapenal em branco. São Paulo: Marcial Pons, 2016.

RAMACCI, Fabrizio. Corso di diritto penale. 5a. ed., Torino: Giappichelli, 2007

ROXIN, Claus. Derecho Penal; parte general. Fundamentos. La estructura de la teoría del delito. Trad y notas. Diego-Manuel Luzón Peña, Miguel Díaz y García Conlledo e Javier de Vicente Remesal. Madrid: Civitas, 2000, Tomo I.

SALES, Sheila Jorge Selim de e PIRES, Ariosvaldo de Campos. Alguns movimentos político-criminais da atualidade. In: Revista do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais. São Paulo: RT, 2003, v. 42, p. 295-306.

SALES, Sheila Jorge Selim de. Escritos de direito penal. 2a. ed., Belo Horizonte: Del Rey, 2005.

____. Dos tipos plurissubjetivos. Belo Horizonte: Del Rey, 1997.

____. Do sujeito ativo; na parte especial do código penal. Belo Horizonte: Del Rey, 1993. SANTOS, Juarez Cirino dos. A moderna teoria do fato punível. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2000.

____. Teoria da pena; fundamentos políticos e aplicação judicial. Curitiba: Lumen Juris, 2005.

SILVA SÁNCHEZ, Jesús María. A expansão do direito penal. Aspectos da política criminal nas sociedades pós- industriais. Trad. Luiz Otávio de Oliveira Rocha. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

TAVARES, Juarez. Fundamentos de teoria do delito. Florianópolis: Tirant lo Blanch, 2018.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EMDIREITO**

**Processo Seletivo 2022 - PPGD/UFMG
ANEXO III do EDITAL
Referências Temáticas e Bibliográficas - Mestrado e Doutorado**

Área de Estudo: P-04 - Direito e Administração Pública

Referências temáticas

- 1) Princípios fundamentais, interesse público e regimes jurídicos público e privado na Administração Pública.
- 2) Organização administrativa e exercício de poderes administrativos por particulares.
- 3) Regimes jurídicos de pessoal na Administração Pública: hibridismo e flexibilização.
- 4) Processualidade e processualização da atividade administrativa: dos atos aos procedimentos administrativos.
- 5) Contratualização, parcerias e participação na Administração Pública.
- 6) Transformações nos serviços públicos e instrumentos de interferência do estado no domínio econômico.
- 7) Exploração econômica e função social dos bens públicos e interferências do Estado na propriedade.
- 8) Responsabilidade administrativa e extracontratual do Estado.
- 9) Controle da Administração Pública e tutela da probidade empresarial.
- 10) Consensualidade, segurança jurídica e resolução de conflitos na Administração Pública.

Referências bibliográficas

ARAÚJO, Florivaldo Dutra de. Motivação e Controle do Ato Administrativo. 2 ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2005.

ARAÚJO, Florivaldo Dutra de. Negociação Coletiva dos Servidores Públicos. Belo Horizonte: Fórum, 2011.

BITENCOURT NETO, Eurico. Concertação administrativa interorgânica: Direito Administrativo e Organização no Século XXI. São Paulo: Almedina, 2017.

DIAS, Maria Tereza Fonseca. Direito administrativo pós-moderno. Belo Horizonte: Mandamentos, 2003.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO**

**Processo Seletivo 2022 - PPGD/UFMG
ANEXO III do EDITAL
Referências Temáticas e Bibliográficas - Mestrado e Doutorado**

DIAS, Maria Tereza Fonseca (org.) Governança nas contratações públicas contemporâneas: de acordo com a nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos – Lei nº 14.133/2021. Belo Horizonte: Editora Dialética, 2021.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella; MOTTA, Fabrício; FERRAZ, Luciano de Araújo. Servidores Públicos na Constituição de 1988. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2015.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella (coord.). Licitações e Contratos Administrativos - Inovações da Lei 14.133, de 1º de Abril de 2021. Rio de Janeiro: Forense (Gen), 2021.

FERRAZ, Luciano. Controle e consensualidade: fundamentos para o Controle Consensual da Administração Pública. Belo Horizonte: Fórum, 2019.

FERRAZ, Luciano. MARRARA, Thiago. Direito Administrativo dos Bens e Restrições Estatais à Propriedade. 2ª ed., São Paulo: Revista dos Tribunais, São Paulo, 2019.

FORTINI, Cristiana (org.). Servidor Público: estudos em Homenagem ao Professor Pedro Paulo de Almeida Dutra. 2 ed. Belo Horizonte: Fórum, 2014.

FORTINI, Cristiana; PEREIRA, Maria Fernanda Pires de; CAMARÃO, Tatiana Martins da Costa. Processo Administrativo: Comentários à Lei nº 9.784/1999. 2ª ed. Belo Horizonte: Fórum, 2011.

FORTINI, Cristiana (coord.). Registro de Preços: análise da Lei 8.666/93, do Decreto Federal nº 7.892/13, com as alterações posteriores. 3ª ed. Belo Horizonte: Fórum, 2020.

MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo. Mutações do Direito Administrativo. 3 ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2007.

SCHMIDT-ASSMANN, Eberhard. La teoría general del derecho administrativo como sistema. Madrid: INAP - Marcial Pons, 2003.

Manuais de base:

BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. Curso de Direito Administrativo. 34 ed. São Paulo: Malheiros, 2019.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 34ª ed. São Paulo: Atlas, 2021.

JUSTEN FILHO, Marçal. Curso de Direito Administrativo. 13. ed., São Paulo: Revista dos Tribunais, 2018.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EMDIREITO**

**Processo Seletivo 2022 - PPGD/UFMG
ANEXO III do EDITAL
Referências Temáticas e Bibliográficas - Mestrado e Doutorado**

Área de Estudo: P-05 - Administração Pública e Desenvolvimento Estratégico

Referências temáticas

- 1) Estado Regulador na Constituição de 1988: Estado como agente normativo e regulador da ordem econômica. Regulação, Poder de Polícia, Fomento, Serviços Públicos, Atividade Econômica em sentidos amplo e estrito.
- 2) Relações entre Estado e Empresas. Lei de Liberdade Econômica.
- 3) Empresas Estatais. Sociedades de Economia Mista e Empresas Públicas. Aspectos subjetivo e objetivo. Estado como acionista: Empresas controladas e Empresas participadas. Atividade econômica e serviços públicos: Regimes jurídicos.
- 4) Participação do Estado na atividade empresarial: Regimes de monopólio, privilégio e competição. Poder concedente dos serviços públicos. Relação entre concedente, concessionário e usuário. Distinções dos regimes jurídicos do usuário e do consumidor: distinções. Regimes jurídicos das concessões em sentido amplo (concessão, permissão, parcerias público-privadas).
- 5) Institutos de Desenvolvimento Econômico. Macro e micro instituições de desenvolvimento: agências de fomento, contratos administrativos, institutos de propriedade intelectual.
- 6) Direito Econômico e Administrativo Sancionatório: fundamentos e princípios. Lei n. 8.078/90 (defesa do consumidor). Lei n. 12.529/2011 (defesa da concorrência). Lei 8.429/92 (improbidade administrativa). Lei 12.846/13 (improbidade empresarial).
- 7) Combate à Corrupção: elementos fundamentais. Fundamentos e sentido jurídico e econômico do combate à corrupção. Métodos jurídicos de prevenção, investigação e repressão. Experiência internacional: direito anticorrupção comparado.
- 8) Lei Anticorrupção Empresarial: Contexto. Fundamentos. Discussão sobre sua constitucionalidade. Responsabilidade Objetiva. As infrações e as sanções. Processo Administrativo de Responsabilização. Acordo de Leniência. Análise comparativa com o acordo de leniência da Lei 12.529/11.
- 9) Programas de conformidade: requisitos, necessidades e finalidades. Efeitos jurídicos e econômicos na adoção de programas de conformidade. Debates sobre estratégias públicas e privadas com relação aos programas de conformidade. Perspectivas comparadas.
- 10) Programas de leniência: conceito. Programas de leniência no ordenamento brasileiro e seus diferentes regramentos, requisitos e consequências jurídicas. Debates sobre efetividade de programas de leniência.

Referências bibliográficas

ACEMOGLU, Daron e ROBINSON, James. Por que as nações fracassam. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO**

**Processo Seletivo 2022 - PPGD/UFMG
ANEXO III do EDITAL
Referências Temáticas e Bibliográficas - Mestrado e Doutorado**

CARVALHO, Vinicius Marques de. (Org). A Lei n. 12.529/2011 e a nova política de defesa da concorrência. São Paulo: Singular, 2015.

CARVALHOSA, Modesto, Considerações sobre a Lei anticorrupção das pessoas jurídicas: Lei n. 12.846 de 2013. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

DAL POZZO, Antonio Araldo Ferraz. Lei Anticorrupção: apontamentos sobre a Lei nº 12.846/2013/. Belo Horizonte: Fórum, 2014.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella; MARRARA, Thiago (Coord.). Lei Anticorrupção comentada. Belo Horizonte: Fórum, 2017.

FÉRES, Marcelo Andrade et CHAVES, Natália Cristiana. O Emprego de Tecnologias e Inovações no Combate à Corrupção. In: PARENTONI, Leonardo. Direito, Tecnologia e Inovação, v. I. Belo Horizonte: D'Plácido, 2018, pp. 589 a 614.

FÉRES, Marcelo Andrade et CHAVES, Natália Cristiana. Sistema Anticorrupção e Empresa. Belo Horizonte: D'Plácido, 2018.

FORTIN, Cristiana; DE FARIA, Edmur Ferreira. Os contornos do acordo de leniência após a Medida Provisória nº 703/15: promessa de sucesso ou cenário de incertezas? DUC IN ALTUM-CADERNOS DE DIREITO, v. 8, n. 14, 2016.

FORTINI, Cristiana (Coord.). Corrupção de Seus Múltiplos Enfoques Jurídicos. Belo Horizonte: Fórum, 2018.

FORTINI, Cristiana. Mecanismo de Controle Interno e Sua Matriz Constitucional. 1ª. ed. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2012. v. 01. 329p.

FORTINI, Cristiana. Uma rápida comparação entre a Lei 12.846/13 e norte-americano *Foreign Corrupt Practices Act* (FCPA). Disponível em: . Acesso em 30 de abril de 2016.

FORTINI, Cristiana; LACERDA, B. A. O Direito Administrativo e a fundamentalidade da pessoa. Fórum Administrativo, v. 10, p. 19-28, 2010.

FORTINI, Cristiana; PIRES, P. G. C. . Equilíbrio Econômico-Financeiro nos contratos de PPP. In: Marçal Justen Filho; Rafael Wallbach Schwind. (Org.). Parcerias público-privadas: reflexões sobre os 10 anos da Lei 11.079/2004. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015, v. 1, p. 283-308.

FORTINI, Cristiana; PIRES, P. G. C. . O regime jurídico das parcerias voluntárias com as Organizações da Sociedade Civil: inovações da Lei n 13.019/2014. A&C. Revista de Direito Administrativo & Constitucional (Impresso), v. 1, p. 93, 2015.

FORTINI, Cristiana; SCHRAMM, Fernanda Santos. Direito Premial e os incentivos à integridade na Administração indireta. In: ZENKNER; Marcelo; CASTRO, Rodrigo Pironi Aguirre de (Coord.). Compliance no setor público. Belo Horizonte: Fórum, 2020, p. 35-51, ISBN 978-85-450-0740-1.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EMDIREITO**

**Processo Seletivo 2022 - PPGD/UFMG
ANEXO III do EDITAL
Referências Temáticas e Bibliográficas - Mestrado e Doutorado**

FORTINI, Cristiana; SHERMAM, Ariane. Corrupção: causas, perspectivas e a discussão sobre o princípio do bis in idem. Revista de Investigações Constitucionais, Curitiba, vol. 5, n. 2, p. 91-112, mai./ago. 2018.

FORTINI, Cristiana; SHERMAM, Ariane. Governança corporativa e medidas preventivas contra a corrupção na Administração Pública: um enfoque à luz da Lei nº 13.303/2016. Revista de Direito da Administração Pública, Universidade Federal Fluminense, ISSN 24472042, ano 2, vol. 2, n. 1, p. 176-187, jan./jun. 2016.

FORTINI, Cristiana; SHERMAM, Ariane. Lei anticorrupção empresarial: os riscos na sua regulamentação e implementação. In: DIAS, Maria Tereza Fonseca; REPOLÊS, Maria Fernanda Salcedo. (Org.). O Direito entre a esfera pública e a autonomia privada: transformações do direito público no ambiente democrático. 1. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2015, v. 2, p. 161-184.

FORTINI, Cristiana; VIEIRA, Ariana Shermam Moraes. Lei anticorrupção empresarial: os riscos de sua regulamentação e implementação. In: REPOLÊS, Maria Fernanda Salcedo; DIAS, Maria Tereza Fonseca (coord). O direito entre a esfera pública e a autonomia privada: transformações do direito público no ambiente democrático. Belo Horizonte: Fórum, 2015, p.161-184, v 2.

JUSTEN FILHO, Marçal. O Direito das Agências Reguladoras Independentes. 1. ed. São Paulo: Dialética, 2002. v. 1. 639p.

LARA, Fabiano Teodoro de Rezende. Using Competition Law and Intellectual Property Law to Foster Innovation: A Preliminary Study. In: Giuseppe Bellantuono; Federico Puppò. (Org.). CONVERGENCES AND DIVERGENCES BETWEEN THE ITALIAN AND THE BRAZILIAN LEGAL SYSTEMS. Trento: Università degli Studi di Trento, 2015, v. 14, p. 145-164.

LARA, Fabiano Teodoro de Rezende; BELLANTUONO, Giuseppe (Org.). Law, Development and Innovation. Cham: Springer International Publishing, 2015.

LARA, Fabiano Teodoro de Rezende; GONTIJO, Guilherme Dias. Princípio da Eficiência: forjando uma Administração Pública pragmática? In: Roberto Correia da Silva Gomes Caldas; Joana Stelzer; Liane Francisca Hüning Birnfeld. (Org.). Direito e administração pública I. Florianópolis: CONPEDI, 2014.

LARA, Fabiano Teodoro de Rezende; LEURQUIN, Pablo Georges Cícero Fraga. A regulação da aviação civil e o desenvolvimento econômico brasileiro. In: Leandro Novais e Silva. (Org.). Regulação e concorrência no setor aéreo no Brasil: alternativas possíveis. São Paulo: Singular, 2014, v. 1, p. 175-200.

LARA, Fabiano Teodoro. Desenvolvimento, Instituições e Desenho de Mecanismos In: Políticas públicas: planejamento e sustentabilidade. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2018, p. 10-26.

RAGAZZO, Carlos Emmanuel Joppert. A Regulação da Concorrência. In: Sérgio Guerra. (Org.). Regulação no Brasil: Uma Visão Multidisciplinar. Rio de Janeiro: FGV, 2014.

VERÍSSIMO, Carla. Compliance – Incentivo à Adoção de Medidas Anticorrupção. São Paulo: Saraiva, 2018.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EMDIREITO**

**Processo Seletivo 2022 - PPGD/UFMG
ANEXO III do EDITAL
Referências Temáticas e Bibliográficas - Mestrado e Doutorado**

Área de Estudo: P-06 - Empresa no Mercado

Referências temáticas

- 1) História do Direito Privado: formação do Direito Civil e do Direito Empresarial.
- 2) Dificuldade e impossibilidade de cumprimento da prestação, decorrentes da Covid-19.
- 3) Contratos civis, empresariais e de consumo: semelhanças e distinções.
- 4) A pessoa jurídica e seu emprego no Direito Societário.
- 5) Estrutura orgânica de governança corporativa na Lei 6.404/1976.
- 6) Direito patrimonial e crise econômica do consumidor.
- 7) Imputabilidade subjetiva e objetiva na responsabilidade civil.
- 8) Estabilidade e alteração do Direito Privado em face de novas tecnologias.
- 9) Falência e recuperação de empresas: a reforma introduzida pela Lei 14.112/2020.
- 10) Métodos de aplicação da boa-fé no direito privado.

Referências bibliográficas

AZEVEDO, Antonio Junqueira de. Negócio Jurídico: existência, validade e eficácia. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

CAENEGEN, R. C. Uma Introdução Histórica ao Direito Privado. 2. ed. trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

CHAVES, Natália Cristina; FERES, Marcelo Andrade; PIMENTA, Eduardo Goulart (coordenadores). 15 anos da Lei de Recuperação e Falência de Empresas: estudos jurídicos de acordo com a Lei 14.112/2020. Belo Horizonte: Expert, 2021.

COUTO E SILVA, Clóvis do. O princípio da boa fé no direito brasileiro e português. In: CAETANO, Marcelo et al. Estudos de Direito Civil Brasileiro e Português. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1980.
DE LUCCA, Newton; SIMÃO FILHO, Adalberto; LIMA, Cíntia Rosa Pereira de (Coord.). Direito & Internet III: Marco Civil da Internet – Lei nº 12.965/2014. São Paulo: Quartier Latin, 2015. t. I e II.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EMDIREITO**

**Processo Seletivo 2022 - PPGD/UFMG
ANEXO III do EDITAL
Referências Temáticas e Bibliográficas - Mestrado e Doutorado**

FRANÇA, Erasmo Valladão de Azevedo e Novaes (Coord.). Direito Societário Contemporâneo. São Paulo: Quartier Latin, 2009 e 2015. v. I e II.

GONÇALVES NETO, Alfredo de Assis. Direito de Empresa: Comentários aos artigos 966 a 1.195 do Código Civil. 6. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.

KRAAKMAN, Reinier et al. The Anatomy of Corporate Law. Third Edition. Oxford: University press, 2017.

LOPES, Christian Sahb Batista. Um diálogo por uma nova teoria dos contratos. In: Elena de Carvalho Gomes; Edgard Audomar Marx Neto; Marcelo Andrade Feres. (Org.). Estudos de Direito Privado Liber Amicorum para João Baptista Villela. 1ed. Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2017.

MARTINS-COSTA, Judith. A boa-fé no Direito Privado: critérios para sua aplicação. São Paulo: Marcial Pons, 2015.

MILAGRES, Marcelo de Oliveira. Contratos imobiliários: impactos da pandemia do coronavírus. São Paulo: Editora Foco, 2020.

PARENTONI, Leonardo Neto. O Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica no CPC/2015. Porto Alegre: Editora Fi, 2018 (<https://www.editorafi.org/334leonardoparentoni>).

SALOMÃO FILHO, Calixto. Novo Direito Societário. São Paulo: Malheiros, 2011.

ZIMMERMANN, Reinhard. The Law of obligations: roman foundations of the civilian tradition. Oxford: Clarendon Paperbacks, 1996.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EMDIREITO**

**Processo Seletivo 2022 - PPGD/UFMG
ANEXO III do EDITAL
Referências Temáticas e Bibliográficas - Mestrado e Doutorado**

Área de Estudo: P-07 – Direito Econômico e Desenvolvimento

Referências temáticas

- 1) Law and Development: Fundamental concepts. Determinants of Development. Institutional Theories of Development. Comparative Law and Development.
- 2) Law and Development Reform Strategies: Mechanism Design and Institutional Bypasses.
- 3) The Rule of Law and Development: Legal and Economic Perspectives.
- 4) Law, Development and Politics: Political Institutions and Regimes. Ethnic Conflict and Development. Gender equality policies and Development. Comparative Law perspectives.
- 5) Law, Development and Public Administration. Anti-corruption Institutions and Policies. Evolution of Anti-corruption Institutions. Comparative Law perspectives in Public Administration and Anti-corruption.
- 6) Law, Development and State Intervention: State-owned Enterprises, Privatization and Public-private Partnership. Legal Institutions in Brazilian Law and in Comparative Law.
- 7) Law, Development and International Institutions: International Trade, Foreign Direct Investment and Foreign Aid. Legal Institutions in Brazilian Law and in Comparative Law.
- 8) Law, Development and Regulation: Comparative studies for regulation institutions. The case for Energy Regulation.
- 9) Law, Development and Innovation. Legal Institutions in Brazilian Law and in Comparative Law.
- 10) Competition Law and Transnational Regulatory Networks. Design of Antitrust Authority from a Brazilian Comparative Perspective. Diffusion and Transplantations of Antitrust Law.

Referências Bibliográficas

ACEMOGLU, Daron; JOHNSON, Simon; ROBINSON, James A. Institutions as a fundamental cause of long-run growth. HANDBOOK OF ECONOMIC GROWTH, v. 1, p. 385-472, 2005.

BELLANTUONO, Giuseppe. Brazil and the EU in Transnational Energy Governance. REVISTA DA FACULDADE DE DIREITO DA UFMG, p. 147-194, 2017.

BELLANTUONO, Giuseppe. Comparative Law for What Kind of Development? (November 8, 2018). G. Bellantuono and F. Lara (eds.), LEGAL CONVERSATIONS BETWEEN ITALY AND BRAZIL, Editoriale Scientifica, 2018, p. 189-229.

BELLANTUONO, Giuseppe. Comparing Contexts: Technical Standards and Contract Law (November 13, 2018). F. Di Ciommo and O. Troiano (eds.). GIURISPRUDENZA E AUTORITÀ



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO**

**Processo Seletivo 2022 - PPGD/UFMG
ANEXO III do EDITAL
Referências Temáticas e Bibliográficas - Mestrado e Doutorado**

INDIPENDENTI NELL'EPOCA DEL DIRITTO LIQUIDO - STUDI IN ONORE DI ROBERTO PARDOLESI, La Tribuna, 2018, p. 235-257.

BELLANTUONO, Giuseppe. Contract Law and Regulation. Handbook of Comparative Contract Law, Elgar Publishing, 2015.

BELLANTUONO, Giuseppe. Legal Pathways of Decarbonisation in the EU: The Case of Coal Phase-Out. OIL, GAS AND ENERGY LAW INTELLIGENCE, v. 17, n. 3, 2019.

BELLANTUONO, Giuseppe. The misguided quest for regulatory stability in the renewable energy sector. THE JOURNAL OF WORLD ENERGY LAW & BUSINESS, v. 10, n. 4, p. 274-292, 2017.

CÔRTEZ, Pâmela de Rezende; LARA, Fabiano Teodoro; OLIVEIRA, André Matos de Almeida. Políticas Públicas Baseadas em evidências comportamentais - reflexões a partir do Projeto de Lei 488/2017 do Senado. REVISTA BRASILEIRA DE POLÍTICAS PÚBLICAS, v. 8, p. 429-454, 2018.

HALLIDAY, Terence C.; SHAFFER, Gregory (Ed.). TRANSNATIONAL LEGAL ORDERS. Cambridge University Press, 2015.

LARA, Fabiano and Luz, Reinaldo, Leniency Program in the Anti-Corruption Law (August 23, 2018). Available at SSRN: <https://ssrn.com/abstract=3237825>.

LARA, Fabiano Teodoro de Rezende. Análise Econômica da Propriedade Intelectual. In: Luciano Benetti Timm. (Org.). DIREITO E ECONOMIA NO BRASIL. 2ed. São Paulo: Atlas, 2014, v. 1, p. 357-381.

LARA, Fabiano Teodoro de Rezende. PROPRIEDADE INTELECTUAL: UMA ABORDAGEM PELA ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO. Belo Horizonte: Del Rey, 2010.

LARA, Fabiano Teodoro de Rezende. Using Competition Law and Intellectual Property Law to Foster Innovation: A Preliminary Study. In: Giuseppe Bellantuono; Federico Puppò. (Org.). CONVERGENCES AND DIVERGENCES BETWEEN THE ITALIAN AND THE BRAZILIAN LEGAL SYSTEMS. Trento: Università degli Studi di Trento, 2015, v. 14, p. 145-164.

LARA, Fabiano Teodoro de Rezende; BELLANTUONO, Giuseppe (Org.). Law, Development and Innovation. Cham: Springer International Publishing, 2015.

LARA, Fabiano Teodoro. Desenvolvimento, Instituições e Desenho de Mecanismos. POLÍTICAS PÚBLICAS: PLANEJAMENTO E SUSTENTABILIDADE. Cristiana Fortini Pinto e Silva, Jamile Bergamaschine Mata Diz e Márcio Luís de Oliveira (Org.) Arraes Editores, 2018.

LARA, Fabiano Teodoro. Development and The Rule Of Law: a comparative study. REVISTA DA FACULDADE DE DIREITO, v. BI, p. 73, 2017.

MERLONI, Francesco et al. Il whistleblowing in Italia, a cura di Anna Corrado. In: CORRUPTION AND PUBLIC ADMINISTRATION: THE ITALIAN CASE IN A COMPARATIVE PERSPECTIVE. Chicago: ANAC, 2019. p. ix-ix.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EMDIREITO**

**Processo Seletivo 2022 - PPGD/UFMG
ANEXO III do EDITAL
Referências Temáticas e Bibliográficas - Mestrado e Doutorado**

PRADO, Mariana Mota, and Michael J. Trebilcock. INSTITUTIONAL BYPASSES: A STRATEGY TO PROMOTE REFORMS FOR DEVELOPMENT. Cambridge University Press, 2018.

PRADO, Mariana Mota. "Institutional Bypasses in Brazil: Overcoming Ex-Ante Resistance to Institutional Reforms." In LAW AND POLICY IN LATIN AMERICA, pp. 113-128. Palgrave Macmillan, London, 2017.

PRADO, Mariana Mota. The challenges and risks of creating independent regulatory agencies: a cautionary tale from Brazil. VANDERBILT JOURNAL OF TRANSNATIONAL LAW, v. 41, p. 435, 2008.

PRADO, Mariana Mota; HOFFMAN, Steven J. The Concept of an International Institutional Bypass. AJIL UNBOUND, v. 111, p. 231-235, 2017.

PRADO, Mariana Mota; HOFFMAN, Steven J. The promises and perils of international institutional bypasses: defining a new concept and its policy implications for global governance. TRANSNATIONAL LEGAL THEORY, v. 10, n. 3-4, p. 275-294, 2019.

PRADO, Mariana; TREBILCOCK, Michael. Path dependence, development, and the dynamics of institutional reform. UNIVERSITY OF TORONTO LAW JOURNAL, v. 59, n. 3, p. 341-380, 2009.

ROSE-ACKERMAN, Susan. Corrupción y competencia. REVISTA DE CIENCIA POLÍTICA, v. 18, n. 1-2, p. 43-51, 2019.

ROSE-ACKERMAN, Susan; PALIFKA, Bonnie J. CORRUPTION AND GOVERNMENT: CAUSES, CONSEQUENCES, AND REFORM. Cambridge university press, 2016.

SHAFFER, Gregory. Transnational legal process and state change. LAW & SOCIAL INQUIRY, v. 37, n. 2, p. 229-264, 2012.

TREBILCOCK, Michael J.; PRADO, Mariana Mota. ADVANCED INTRODUCTION TO LAW AND DEVELOPMENT. Edward Elgar Publishing, 2014.

TREBILCOCK, Michael J.; PRADO, Mariana Mota. DERECHO Y DESARROLLO: GUÍA FUNDAMENTAL PARA ENTENDER POR QUÉ EL DESARROLLO SOCIAL Y ECONÓMICO DEPENDE DE INSTITUCIONES DE CALIDAD. Siglo XXI Editores, 2019.

TREBILCOCK, Michael J.; PRADO, Mariana Mota. WHAT MAKES POOR COUNTRIES POOR?: INSTITUTIONAL DETERMINANTS OF DEVELOPMENT. Edward Elgar Publishing, 2011.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EMDIREITO**

**Processo Seletivo 2022 - PPGD/UFMG
ANEXO III do EDITAL
Referências Temáticas e Bibliográficas - Mestrado e Doutorado**

Área de Estudo: P-08 – Sistema Financeiro Nacional – negócios, regulação e tutela nos âmbitos administrativo sancionador e penal

Referências temáticas

- 1) A definição de instituição financeira, os sujeitos que alcança e sua regulação.
- 2) A qualificação de banco reservada ao modo peculiar de realização da intermediação financeira.
- 3) A especialização do Direito Empresarial em face do Mercado de Valores Mobiliários.
- 4) As relações financeiras entre a União e o Banco Central do Brasil e a condução da política monetária.
- 5) Os instrumentos jurídicos – atos e negócios jurídicos, títulos de crédito, títulos e valores mobiliários utilizados no exercício profissional da atividade de intermediação de recursos financeiros no âmbito do mercado bancário e sua regulação.
- 6) A insolvência de instituições financeiras: reorganização societária e patrimonial e regulação resolutiva.
- 7) As transferências monetárias por meio eletrônico e o Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB).
- 8) Os crimes contra o sistema financeiro em espécie e a questão do bem jurídico.
- 9) A regulação judicante, processo administrativo sancionador e o Marco Legal Punitivo do Sistema Financeiro Nacional.
- 10) Concurso de pessoas no âmbito da criminalidade econômica. A responsabilidade penal do superior pelos atos de seus subordinados.

Referências Bibliográficas

BRODT, Luís Augusto Sanzo. Bem jurídico e criminalidade econômica: uma abordagem sob a perspectiva da teoria pessoal do bem jurídico. In: _____ (org.). Criminalidade econômica em debate. Porto Alegre: Núria Fabris, 2018.

DURAN, Camila Villard. A moldura jurídica da política monetária: um estudo de caso. São Paulo, 2012. 288 p. Tese de doutorado – Faculdade de Direito – Universidade de São Paulo.

ESTELLITA, Heloísa. Responsabilidade penal de dirigentes de empresa por omissão. Estudo sobre a responsabilidade omissiva imprópria de dirigentes de sociedades anônimas, limitadas e encarregados do cumprimento por crimes praticados por membros da empresa. São Paulo: Marcial Pons, 2017.

NEVES, Rubia Carneiro. A caracterização do banco a partir da evolução da legislação brasileira. Revista da Faculdade de Direito da UFMG. Belo Horizonte, n. 73, pp. 701-735, jul./dez. 2018.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EMDIREITO**

**Processo Seletivo 2022 - PPGD/UFMG
ANEXO III do EDITAL
Referências Temáticas e Bibliográficas - Mestrado e Doutorado**

OSÓRIO, Fábio Medina (Coord). Direito Sancionador. Sistema Financeiro Nacional. Belo Horizonte: Fórum, 2007.

PINTO, Gustavo Mathias Alves. Regulação sistêmica e prudencial no setor bancário. São Paulo: Almedina, 2015.

SALOMÃO NETO, Eduardo. Direito bancário. 2. ed. rev. ampl. São Paulo: Atlas, 2014.

SILVEIRA, Renato Jorge Mello. Direito Penal Supraindividual. Interesses difusos. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.

TAVARES, Juarez. Bien Jurídico y función en el derecho penal. Trad. Monica Cuñarro. Buenos Aires: Hammurabi, 2004.

YAZBEK, Otavio. Regulação do Mercado Financeiro e de Capitais. São Paulo: Campus, 2007.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EMDIREITO**

**Processo Seletivo 2022 - PPGD/UFMG
ANEXO III do EDITAL
Referências Temáticas e Bibliográficas - Mestrado e Doutorado**

Área de Estudo: P-09 – Direito, Tecnologia e Inovação

Referências temáticas

- 1) Aplicações jurídicas de blockchain.
- 2) Big data e proteção de dados pessoais.
- 3) Fintechs e instrumentos públicos ou privados de investimento em inovação.
- 4) Infraestrutura das telecomunicações, criptografia, certificação digital, Marco Civil da Internet e direitos fundamentais no ambiente online.
- 5) Inteligência Artificial: riscos, virtudes e desafios jurídicos.
- 6) Estruturas de mercado, concorrência e regulação de novas tecnologias.
- 7) Tecnologia e responsabilidade civil.
- 8) Personalidade, capacidade de direito, autonomia tecnológica e contratos.
- 9) Tecnologias Disruptivas e Direito Societário.
- 10) O futuro da atividade jurídica.

Referências bibliográficas

ALCES, Peter A. The Moral Conflict of Law and Neuroscience. Chicago: The University of Chicago Press, 2018.

ARTESE, Gustavo (Coord.). Marco Civil da Internet: Análise jurídica sob uma perspectiva empresarial. São Paulo: Quartier Latin, 2015.

BAMBARA, Joseph J.; ALLEN, Paul R. Blockchain: A practical guide to developing business, law and technology solutions. New York: McGraw-Hill Education, 2018.

BRYNJOLFSSON, Erik; McAfee, Andrew. The Second Machine Age: Work, Progress, and Prosperity in a Time of Brilliant Technologies. New York: Norton & Company, 2016.

CHAVES, Natália Cristina. Inteligência artificial: os novos rumos da responsabilidade civil. Direito Civil Contemporâneo, organização CONPEDI/ UMinho. Disponível em: <<http://conpedi.danilolr.info/publicacoes/pi88duoz/c3e18e5u/7M14BT72Q86shvFL.pdf>>.

FENWICK, Mark; MCCAHERY, Joseph A.; VERMEULEN, Erik P. M. The end of corporate governance: Hello platform governance. European Corporate Governance Institute. Law working paper n. 430/2018. December 2018. Disponível em: <http://ssrn.com/abstract_id=3232663>.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EMDIREITO**

**Processo Seletivo 2022 - PPGD/UFMG
ANEXO III do EDITAL
Referências Temáticas e Bibliográficas - Mestrado e Doutorado**

FRAZÃO, Ana; MULHOLLAND, Caitlin. Inteligência artificial e direito: ética, regulação e responsabilidade. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2019.

GONTIJO, Bruno Miranda; LIMA, Henrique Cunha Souza; PARENTONI, Leonardo. Direito, Tecnologia e Inovação. Belo Horizonte: D'Plácido, 2018. v. I.

HARPER, Steven J. The Lawyer Bubble: A Profession in Crisis. New York: Basic Books, 2016.

KAPLAN, Jerry. Artificial Intelligence: What everyone needs to know. Oxford: Oxford University Press, 2016.

LESSIG, Lawrence. The Law of the Horse: What Cyberlaw Might Teach. Harvard Law Review. Cambridge: Harvard University Press, v. 113, n. 01, p. 501-546, Apr. 1999.

LEONARDI, Marcel. Fundamentos de Direito Digital. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2019.

PARENTONI, Leonardo. Autoridade Nacional de Proteção de Dados Brasileira: Uma visão otimista. Revista do Advogado. São Paulo: AASP, Ano XXXIX, n. 144, p. 209-219, nov. 2019. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/337740878_Autoridade_Nacional_de_Protecao_de_Dados_Brasileira_Uma_visao_otimista_Brazilian_National_Data_Protection_Authority_An_optimistic_view>.

_____. Network Neutrality: Past, Present and Future of Internet. Revista da Faculdade de Direito da UFMG. Belo Horizonte, Número Especial – 2nd Conference Brazil-Italy, p. 195-244. 2017. Disponível em <https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2865655>. Acesso em: 15 ago. 2019.

_____. O Direito ao Esquecimento (Right to Oblivion). In: DE LUCCA, Newton; SIMÃO FILHO, Adalberto; LIMA, Cíntia Rosa Pereira de (Coord.). Direito & Internet III: Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/2014). São Paulo: Quartier Latin, 2015. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/299821661_O_Direito_ao_Esquecimento_Right_to_Oblivion>.

_____. Protection of Personal Data in Brazil: Internal Antinomies and International Aspects. In: LIMA, Cíntia Rosa Pereira de (Coord.). Comentários à Lei Geral de Proteção de Dados: Lei n. 13.709/2018, com alteração da Lei n. 13.853/2019. São Paulo: Almedina, 2020. Disponível em: <https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=3362897>.

SOLUM, Lawrence B. Legal Personhood for Artificial Intelligences. North Carolina Law Review. Chapel Hill: The University of North Carolina School of Law. v. 70, n. 04, p. 1.231-1.288, Apr. 1992.

SOUZA, Carlos Affonso Pereira de; LEMOS, Ronaldo. Marco Civil da Internet: Construção e Aplicação. Juiz de Fora: Editar, 2016.

STUCKE, Maurice E.; GRUNES, Allen P. Big Data and Competition Policy. Oxford: Oxford University Press, 2016.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO**

**Processo Seletivo 2022 - PPGD/UFMG
ANEXO III do EDITAL
Referências Temáticas e Bibliográficas - Mestrado e Doutorado**

SUSSKIND, Richard. Tomorrow's Lawyers: An Introduction to Your Future. Oxford: Oxford University Press, 2013.

ZORRILA, Maria Carmen Núñez. Inteligencia artificial y responsabilidad civil. Madrid: Reus, 2019.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EMDIREITO**

**Processo Seletivo 2022 - PPGD/UFMG
ANEXO III do EDITAL
Referências Temáticas e Bibliográficas - Mestrado e Doutorado**

Área de Estudo: P-10 – Direito Internacional Contemporâneo

Referências temáticas

- 1) Direito Internacional Pós-Moderno: Nova Ordem Internacional (aspectos políticos, econômicos e do Comércio Internacional); Teorias de Direito e Relações Internacionais; A Sociedade Internacional e o Direito Internacional; Conceito e Fontes do Direito Internacional Contemporâneo; Governança Global.
- 2) Tratados Internacionais: conceito; terminologia; condições de validade; classificação; fundamento; efeito; interpretação; processo de conclusão; execução; garantias; cláusulas; extinção; apreciação no sistema brasileiro.
- 3) Pessoas Internacionais: Estado; organizações internacionais; pessoa humana; organizações não estatais; empresas transnacionais; organizações não-governamentais.
- 4) Organizações Internacionais: Teoria Geral das Organizações Internacionais (conceito; características; espécies; responsabilidade internacional; direitos; financiamento; efeitos jurídicos de suas normas). Organização das Nações Unidas – ONU (histórico; finalidades; membros; idiomas; órgãos; personalidade jurídica; normas jurídicas dela emanadas e sua obrigatoriedade).
- 5) Responsabilidade Internacional de Estados e Organizações Internacionais: princípios gerais; atribuição; violação de obrigação internacional; excludentes de ilicitude; reparação e contramedidas; proteção diplomática e funcional; Estados, Organizações Internacionais e a Responsabilidade de Proteger.
- 6) Direito Internacional Europeu: União Europeia – UE (processo de integração, instituições; tratados comunitários); Direito da União Européia (princípios jurídicos comunitários, regras processuais; principais julgados); Outras Organizações Internacionais Européias (Conselho da Europa; Organização do Tratado do Atlântico Norte – OTAN; Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE).
- 7) Direito Internacional na América Latina: América Latina – contexto, história e relações internacionais. Sistema Interamericano e Direito internacional; Organizações Internacionais Americanas (Organização dos Estados Americanos – OEA, Mercado Comum do Sul – MERCOSUL, Comunidade Andina; Associação dos Estados do Caribe; Mercado Comum Centro-Americano, Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, Comissão Econômica para a América Latina e Caribe – CEPAL); Princípios Gerais do Direito Latino-Americano.
- 8) Direito Internacional dos Direitos Humanos: individualidade, universalidade e extensão dos Direitos Humanos; padrões internacionais de implementação Direitos Humanos; ONU e Direitos Humanos; Conselho da Europa e a Corte Européia de Direitos Humanos; OEA e a Corte Interamericana de Direitos Humanos; Organização da Unidade Africana - OUA e a Carta Africana de Direitos do Homem; Direitos Humanos na Ásia; Estatuto de Roma e o Tribunal Penal Internacional; ONGs, Empresas Transnacionais e Direitos Humanos.
- 9) Direito Internacional Econômico: Globalização, Integração Regional e redefinição do conceito de



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EMDIREITO**

Processo Seletivo 2022 - PPGD/UFMG

ANEXO III do EDITAL

Referências Temáticas e Bibliográficas - Mestrado e Doutorado

Soberania. Organização Mundial do Comércio – OMC (processo de formação – do GATT/47 ao Protocolo de Marraqueche; objetivos; estrutura; processo de decisão; solução de controvérsias; principais Acordos; Rodada de Doha); Instituições Financeiras Internacionais (FMI, Banco Mundial, Banco do BRICS); Propriedade Intelectual;

10) A contribuição dos Tribunais Internacionais à evolução do Direito Internacional Contemporâneo: modos pacíficos de solução de conflitos internacionais; Corte Internacional de Justiça – CIJ; Tribunal de Justiça da União Europeia; Solução de Conflitos no âmbito do Mercosul; Solução de Conflitos na OMC; expansão, coexistência e diálogo dos múltiplos tribunais internacionais.

Referências bibliográficas

AMERASINGHE, C. F. Principles of institutional law of international organizations. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

CASELLA, Paulo Borba. Fundamentos do direito internacional pós-moderno. São Paulo: Quartier Latin, 2008.

CRAWFORD, James R. Brownlie's principles of public international law. 8th. Ed. Oxford: Oxford University Press, 2012

DE SCHUTTER, Olivier. International human rights law: cases, materials, commentary. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

HURD, Ian. International organizations: politics, law, practice. Cambridge: Cambridge University Press, 2014.

JACKSON, John J. Sovereignty, the WTO, and changing fundamentals on international law. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

MENEZES, Wagner. Direito internacional na américa latina. Curitiba: Juruá, 2007.

SALIBA, Aziz Tuffi. (Org.) Direito dos Tratados. Belo Horizonte: Arraes, 2011.

SCHERMES, Henry. BLOKKER. Niels. International institutional law. Leiden: Martinus Nijhoff Publishers, 2011.

SEYERSTED, Finn. Common law of international organizations. Leiden: Martinus Nijhoff Publishers, 2008.

SHARF, Michael. WILLIAMS, Paul. The Law of international organizations: problems and materials. Raleigh: Carolina Academic Press, 2013.

SHAW, Malcom. International law. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

SILVA, Roberto Luiz. Direito internacional público. 5^a Ed. Belo Horizonte: Arraes, 2019.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO**

**Processo Seletivo 2022 - PPGD/UFMG
ANEXO III do EDITAL
Referências Temáticas e Bibliográficas - Mestrado e Doutorado**

STEINER, Josephine. WOODS, Lorna. EU Law. Oxford: Oxford University Press, 2009.

TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. Os Tribunais internacionais e a realização da justiça. Belo Horizonte: Del Rey, 2017.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EMDIREITO**

**Processo Seletivo 2022 - PPGD/UFMG
ANEXO III do EDITAL
Referências Temáticas e Bibliográficas - Mestrado e Doutorado**

Área de Estudo: P-11 – Filosofia do Direito; Teoria do Direito, Teoria da ação e Filosofia da Linguagem

Referências temáticas

- 1) Ceticismo Externo e Realismo Moral: principais concepções na Metaética contemporânea.
- 2) Positivismo jurídico, abordagens valorativas do direito, cognitivismo e não cognitivismo moral.
- 3) Conceitos jurídicos: especificidades, conteúdo semântico, instituição e aplicação.
- 4) Obrigações de papel (role-obligations), obrigações associativas e conflitos morais.
- 5) Direitos, valores e práticas sociais.
- 6) Objetividade na moralidade e na argumentação jurídica.
- 7) Pensamento posmetafísico na fundamentação e na interpretação do direito.
- 8) O direito como prática social e sua normatividade.
- 9) Direito e autoridade política
- 10) Teorias jurídicas contemporâneas na matriz não-positivista: jusnaturalismo, pragmatismo e interpretativismo.

Referências Bibliográficas

BUSTAMANTE, Thomas. Law, Moral Facts and Interpretation: A Dworkinian Response to Mark Greenberg's Moral Impact Theory of Law. Canadian Journal of Law & Jurisprudence, v. 32, p. 5-43, 2019

BUSTAMANTE, Thomas; DECAT, Thiago Lopes. Incommensurability, Social Practices and Moral Dilemmas: A Rejoinder to Heidi Hurd's Anti-Perspectivalism. Federal University of Minas Gerais, 2018. Available at SSRN: <http://ssrn.com/abstract=3356096>.

CHRISMAN, Matthew. What is this thing called metaethics? New York: Routledge, 2017.

DECAT, Thiago Lopes. Racionalidade, valor e teorias do direito. Belo Horizonte: D'Plácido, 2015.

DWORKIN, Ronald. Justice for Hedgehogs. Cambridge, MA: Belknap, 2011.

DWORKIN, Ronald. Justice in Robes. Cambridge, MA: Belknap, 2006.

HABERMAS, Jürgen. Between Facts and Norms: Contributions to a Discourse Theory of Law and Democracy. Cambridge, Massachusetts: The MIT Press, 1998. Caps. 1; 3; 5; 6.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO**

**Processo Seletivo 2022 - PPGD/UFMG
ANEXO III do EDITAL
Referências Temáticas e Bibliográficas - Mestrado e Doutorado**

HART, Herbert L. A. O conceito de direito. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2007.

HURD, Heidi. Moral Combat. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

POSTEMA, Gerald J. Coordination and Convention at the Foundations of Law. The Journal of Legal Studies, vol. 11, p. 165-203, 1982.

RAZ, Joseph. The Morality of Freedom. Oxford: Oxford University Press, 1986. Cap. 11 a 15.

RAZ, The Practice of Value. Oxford: Oxford University Press, 2004.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EMDIREITO**

**Processo Seletivo 2022 - PPGD/UFMG
ANEXO III do EDITAL
Referências Temáticas e Bibliográficas - Mestrado e Doutorado**

Área de Estudo: P-12 – Justiça e teoria social

Referências temáticas

- 1) A teoria da justiça de John Rawls
- 2) O libertarismo de Robert Nozick
- 3) A igualdade de recursos em Ronald Dworkin
- 4) Michael Walzer e as esferas da justiça
- 5) John Rawls e o liberalismo político
- 6) A crítica de Iris Marion Young ao paradigma distributivo
- 7) Justiça e reconhecimento em Axel Honneth
- 8) Nancy Fraser e a justiça em um mundo pós-vestfaliano
- 9) Amartya Sen e a crítica ao institucionalismo transcendental
- 10) Rainer Forst e o direito de justificação

Referências Bibliográficas

DWORKIN, Ronald. A virtude soberana: a teoria e a prática da igualdade. São Paulo: Martins Fontes, 2005 (cap. 2).

FORST, Rainer. Justificação e crítica: perspectivas de uma teoria crítica da política. São Paulo: UNESP, 2018 (capítulo 5).

FRASER, Nancy. Scales of justice: reimagining political space in a globalized world. Nova York: Columbia University, 2009 (cap. 3).

HONNETH, Axel. O direito da liberdade. São Paulo: Martins Fontes, 2017 (introdução).

NOZICK, Robert. Anarchy, state, and utopia. São Paulo: Martins Fontes, 2011 (capítulo 7).

RAWLS, John. Justiça como equidade: uma reformulação. São Paulo: Martins Fontes, 2003 (parte II)

RAWLS, John. O direito dos povos. São Paulo: Martins Fontes, 2012 (somente o artigo “A ideia de razão pública revisitada”).

SEN, Amartya. A ideia de justiça. São Paulo: Companhia das Letras, 2011 (introdução).



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO**

**Processo Seletivo 2022 - PPGD/UFMG
ANEXO III do EDITAL
Referências Temáticas e Bibliográficas - Mestrado e Doutorado**

YOUNG, Iris Marion. Justice and the politics of difference. Princeton: Princeton University Press, 1990 (capítulo 1).

WALZER, Michael. Esferas da justiça. São Paulo: Martins Fontes, 2003 (capítulo 1).



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EMDIREITO**

**Processo Seletivo 2022 - PPGD/UFMG
ANEXO III do EDITAL
Referências Temáticas e Bibliográficas - Mestrado e Doutorado**

Área de Estudo: P-13 – Direito Constitucional, Direito Eleitoral e Hermenêutica

Referências temáticas

- 1) A vocação dúplice da hermenêutica constitucional: entre filtro epistemológico e objeto de análise.
- 2) Intersecções entre Poderes: limites, possibilidades, diálogos e enfrentamentos.
- 3) As dimensões da regulação normativa da Política: jurisdicional, legislativa, administrativa e eleitoral.
- 4) Comportamento judicial na seara político-eleitoral, sob a perspectiva da jurisdição constitucional: o STF entre contenção e ativismo.
- 5) Comportamento judicial na seara político-eleitoral, sob a perspectiva da jurisdição eleitoral: a Justiça Eleitoral entre a garantia da legalidade democrática e a violação à soberania popular.

Referências Bibliográficas

AIETA, Vânia Siciliano. Criminalização da política: a falácia da judicialização da política como instrumento democrático. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017.

CLÈVE, Clèmerson Merlin e LORENZETTO, Bruno Meneses. Diálogos institucionais: estrutura e legitimidade. Revista de Investigações Constitucionais, Curitiba, vol. 2, n. 3, p. 183-206, set./dez. 2015.

FERNANDES, Bernardo Gonçalves Alfredo. Direito Constitucional e Democracia: entre a Globalização e o Risco. 1. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

FERNANDES, Bernardo Gonçalves Alfredo; BUSTAMANTE, Thomas da Rosa. Democratizing Constitutional Law: Perspectives on Legal Theory and the Legitimacy of Constitutionalism. Switzerland: Springer, 2016.

MENDES, Conrado Hübner. Direitos fundamentais, separação de poderes e deliberação. São Paulo: Saraiva, 2011.

PEREIRA, Rodolfo Viana. Direito Constitucional Democrático: controle e participação como elementos fundantes e garantidores da constitucionalidade. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

PEREIRA, Rodolfo Viana. Tutela Coletiva no Direito Eleitoral: controle social e fiscalização das eleições. Lumen Juris: Rio de Janeiro, 2008.

RODRIGUES, Saulo Tarso; BONAVIDES, Paulo; MARTÍN, Nuria Beloso; SILVA, Alexandre Fernandes. Teoria da decisão judicial e teoria da justiça: jusfilosofia e novos paradigmas constitucionais. Curitiba: Juruá, 2015.

SALGADO, Eneida Desiree. Princípios constitucionais eleitorais. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2010.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EMDIREITO**

**Processo Seletivo 2022 - PPGD/UFMG
ANEXO III do EDITAL
Referências Temáticas e Bibliográficas - Mestrado e Doutorado**

WALDRON, Jeremy. Law and Disagreement. Oxford: Oxford University Press, 1999.

WALDRON, Jeremy. Political Political Theory: Essays on Institutions. Cambridge: Harvard University Press, 2016.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EMDIREITO**

**Processo Seletivo 2022 - PPGD/UFMG
ANEXO III do EDITAL
Referências Temáticas e Bibliográficas - Mestrado e Doutorado**

LINHA DE PESQUISA 2

**DIREITOS HUMANOS E ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO:
FUNDAMENTAÇÃO, PARTICIPAÇÃO E EFETIVIDADE**

Área de Estudos: D-01 – O Modelo Constitucional de Processo Penal

Referências temáticas

- 1) A construção da verdade no processo penal sob o marco do constitucionalismo democrático.
- 2) Iniciativa probatória do juiz e a composição democrática das decisões judiciais.
- 3) A influência inquisitorial no processo penal contemporâneo.
- 4) Prisões provisórias, medidas cautelares, liberdade provisória e o princípio da presunção de inocência.
- 5) Princípio da proporcionalidade, limites e critérios.
- 6) Recursos e nulidades: a efetividade do processo sob os parâmetros de um Estado de Direito.
- 7) A natureza jurídica do processo penal.
- 8) Investigação preliminar criminal.
- 9) Proposta do novo código de processo penal.
- 10) Limites ao exercício do direito à prova no processo penal.

Referências bibliográficas

CORDERO, F. Ideologie del processo penale. Roma: Università 'La Sapienza' di Roma, 1997.

FAZZALARI, Elio. Conoscenza e valori saggi. Torino: G. Giappichelli, 1999.

_____. Istituzioni di diritto processuale. 8. ed. Padova: Cedam, 2001.

GADAMER, Hans - Georg. Verdade e método I: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica. 8. ed. Trad. Flávio Paulo Meurer. Petrópolis: Editora Vozes, 2007.

HASSEMER, Winfried. Crítica al derecho penal de hoy. Trad. Patricia S. Ziffer. Colômbia: Universidad Externado de Colombia, 1997.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EMDIREITO**

**Processo Seletivo 2022 - PPGD/UFMG
ANEXO III do EDITAL
Referências Temáticas e Bibliográficas - Mestrado e Doutorado**

PINTO, Felipe Martins. Introdução crítica ao processo penal. 2. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2016.

PINTO, Felipe Martins; MACHADO, Francisco Nogueira; SOUSA, Marllon (Coord.). Processo penal democrático. Belo Horizonte: Fórum, 2016. 1.180kB, ePub. ISBN digital: 978-85-450-0102-7. (Coleção Fórum Processo e Democracia, 1).

TASKI, Alfred. A concepção semântica da verdade. São Paulo: UNESP, 2007.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EMDIREITO**

**Processo Seletivo 2022 - PPGD/UFMG
ANEXO III do EDITAL
Referências Temáticas e Bibliográficas - Mestrado e Doutorado**

Área de Estudo: D-02 – Fundamentos do Novo Processo Civil Brasileiro

Referências temáticas

- 1) Normas fundamentais do Processo Civil
- 2) Tutelas jurisdicionais: clássicas (declaratória, constitutiva e condenatória) e diferenciadas (tutelas provisória, inibitória e específica)
- 3) Negócios processuais
- 4) Jurisprudência e precedentes no processo civil
- 5) Recursos constitucionais: recurso especial e recurso extraordinário
- 6) Gerenciamento e gestão processuais e efetividade do processo civil
- 7) Preclusão, coisa julgada e ação rescisória
- 8) Execução e cumprimento de sentença
- 9) Arbitragem
- 10) Métodos consensuais de resolução de conflitos

Referências bibliográficas

ANDRADE, Érico. A atuação judicial e o contraditório: o art. 10 do CPC/2015 e as consequências da sua violação. Revista de Processo, vol. 283, set/2018, pp. 55-106.

ANDRADE, Érico. A contratualização do processo. In: Fernando Gonzaga Jayme, Gláucio Maciel Gonçalves, Juliana Cordeiro de Faria, Marcelo Veiga Franco, Mayara de Carvalho Araújo, Suzana Santi Cremasco. (Org.). Processo Civil Brasileiro - Novos Rumos a partir do CPC/2015. 1ed. Belo Horizonte: Del Rey Editora, 2016, v. 01, p. 47-65.

ANDRADE, Érico; THEODORO JÚNIOR, Humberto. Impactos da Constituição Federal na evolução do processo civil in 30 Anos da Constituição Federal e o Direito Brasileiro. Rio de Janeiro: Forense-Gen, 2018, p. 303-355.

ANDRADE, Érico. Gestão processual flexível, colaborativa e proporcional: cenários para implementação das novas tendências no CPC/2015. Rev. Fac. Direito UFMG, n. 76, jan/jun 2020, pp. 183-212.

ANDRADE, Érico. As novas perspectivas do gerenciamento e da "contratualização" do processo. Revista de Processo, v. 193, p. 167-199, 2011.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EMDIREITO**

**Processo Seletivo 2022 - PPGD/UFMG
ANEXO III do EDITAL
Referências Temáticas e Bibliográficas - Mestrado e Doutorado**

ARAÚJO, M. C.; SOUZA, C. M. G.; JORGE, A. C. R.; JAYME, Fernando Gonzaga. A atuação do advogado na autocomposição de conflitos de acordo com o novo CPC e a Lei de Mediação. Revista Eletrônica - Tribunal Regional do Trabalho do Paraná, v. 53, p. 59, 2016.

BEDAQUE, José Roberto dos Santos. Efetividade do processo e técnica processual. São Paulo: Malheiros, 2006.

BONATO, Giovanni. Algumas considerações sobre coisa julgada no Novo Código de Processo Civil brasileiro: limites objetivos e eficácia preclusiva. Revista de Processo Comparado - RPC, São Paulo, Revista dos Tribunais, ano 1, vol. 2, jul-dez 2015, p. 121- 143.

COMOGLIO, Luigi Paolo. Etica e tecnica del giusto processo. Milão: G. Giappichelli, 2004.

GONCALVES, G. F. M.; GOUVÊA, A. L. de. A proteção jurisdicional dos direitos da personalidade nos casos de urgência: a tutela inibitória no novo Código de Processo Civil. In: Francisco Antônio de Barros e Silva Neto, Frederico Augusto Leopoldino Koehler, Leonardo Carneiro da Cunha, Roberto Paulino de Albuquerque Júnior, Venceslau Tavares Costa Filho. (Org.). Relações e influências recíprocas entre direito material e direito processual. 1ed.Salvador: Jus Podium, 2017, v. 1, p. 163-182.

GONCALVES, G. F. M. A calendarização do processo e a ampliação do prazo de defesa no CPC de 2015. In: Fernando Gonzaga Jayme; Renata Christiana Vieira Maia; Ester Camila Gomes Norato Rezende; Helena Lana. (Org.). Inovações e modificações do Código de Processo Civil - avanços, desafios e perspectivas. 1ed.Belo Horizonte: Del Rey, 2017, v. 1, p. 97-109.

GONCALVES, G. F. M. Direito e Tempo. In: Jayme, Fernando Gonzaga; Faria, Juliana Cordeiro de; Lauer, Maira Terra. (Org.). Processo civil: novas tendências: homenagem ao Ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira. 1ed.Belo Horizonte: Del Rey, 2011, v. 1, p. 281-293.

GONCALVES, G. F. M.; DUTRA, V. B. Apontamentos sobre o novo incidente de resolução de demandas repetitivas do Código de Processo Civil de 2015. Revista de Informação Legislativa, v. 208, p. 189-202, 2015.

GONCALVES, G. F. M. A Organização dos Tribunais e a Gestão do Tempo. Revista do Instituto do Direito Brasileiro da Universidade de Lisboa, v. 12, p. 7521-7546, 2012.

GONCALVES, G. F. M.; ASSIS, G. B. P. O prospective overruling nas Supremas Cortes brasileiras: a possibilidade de modulação temporal dos efeitos das decisões revogadoras de precedentes consolidados à luz da dogmática jurídica moderna e do novo Código de Processo Civil - CPC/2015. Revista de Processo, v. 258, p. 357-385, 2016.

JAYME, Fernando G. MENDES, Aluísio. NUNES, Dierle. A nova aplicação da jurisprudência e precedentes no CPC/2015

JAYME, Fernando Gonzaga; FRANCO, M. V. O princípio do contraditório no Projeto do novo Código de Processo Civil. Revista de Processo, v. 227, p. 221-243, 2014.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO**

**Processo Seletivo 2022 - PPGD/UFMG
ANEXO III do EDITAL
Referências Temáticas e Bibliográficas - Mestrado e Doutorado**

JAYME, Fernando Gonzaga; SOUZA, C. M. G. (Org.); SCHMIDT, M. H. F. M. (Org.); PEREIRA, R. A. G. C. (Org.). *Mediação de Conflitos: a emergência de um novo paradigma*. 1. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2016. v. 1. 280p.

JAYME, Fernando Gonzaga; GONÇALVES, Gláucio Maciel; MAIA, Renata Christiana Vieira. *Teoria Geral dos Recursos Cíveis*. In: JAYME, F.G.; MAIA, R.C.V.; REZENDE, E.N.V. (Org.). *INOVAÇÕES E MODIFICAÇÕES DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL - AVANÇOS, DESAFIOS E PERSPECTIVAS*. 1ed.Belo Horizonte: Del Rey, 2017, v. 1, p. 369-412.

JAYME, Fernando Gonzaga; FRANCO, M. V.. *O princípio do contraditório no Projeto do novo Código de Processo Civil*. *Revista de Processo*, v. 227, p. 221-243, 2014

JAYME, Fernando Gonzaga; MAIA, Renata Christiana Vieira; LIPIENSKI, Marcos Vinicius. *A resiliência jurisprudencial na observância do dever de fundamentação das decisões*. In: JAYME, Fernando Gonzaga; MENDES, Aluisio; NUNES, Dierle. (Org.). *A nova aplicação da jurisprudência e precedentes no CPC/2015*. 1ed.São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017, v. 1, p. 401-414.

MAIA, Renata C. Vieira. *A identidade física do juiz como princípio consuetudinário do processo cooperativo*. In: Paulo Henrique Santos Lucon; Juliana Cordeiro de Faria; Edgard Audomar Marx Neto; Ester Camila Gomes Norato Rezende. (Org.). *Processo Civil Contemporâneo - Homenagem aos 80 anos do professor Humberto Theodoro Júnior*. 1ed.Rio de Janeiro: Forense, 2018, v. 1, p. 222-237.

NUNES, Dierle, et alli. *Novas tendências do processo civil: estudos sobre o Projeto do Novo Código de Processo Civil*. Vols. I a III. Salvador: Juspodium.

NUNES, Dierle José Coelho; ANDRADE, Érico. *Os contornos da estabilização da tutela provisória de urgência antecipatória no Novo CPC e o mistério da ausência de formação da coisa julgada*. In: Didier Jr, Fredie; Macêdo, Lucas Buriel; Peixoto, Ravi; Freire, Alexandre. (Org.). *Coleção Novo CPC - Doutrina Seleccionada - Procedimentos Especiais, Tutela Provisória e Direito Transitório*. 1ed.Salvador: Jus Podium, 2015, v. 4, p. 61-93.

PISANI, Andrea Proto. *Le Tutele Giurisdizionali dei Diritti*. Studi. Napoli: Jovene Editore, 2003.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. *O Processual Civil Brasileiro: No Limiar do Novo Século*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2002.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EMDIREITO**

**Processo Seletivo 2022 - PPGD/UFMG
ANEXO III do EDITAL
Referências Temáticas e Bibliográficas - Mestrado e Doutorado**

Área de Estudo: D-04 – Direito e Processo Coletivo no Estado Democrático de Direito

Referências temáticas

- 1) A Evolução Histórica das Ações Coletivas no Direito Comparado e Brasileiro até a formação do Sistema Integrado de Tutela aos Direitos Coletivos;
- 2) A Integração e o Funcionamento do Sistema Integrado de Tutela aos Direitos Coletivos Brasileiro, sob o Viés Constitucional e à Luz da Teoria do Diálogo das Fontes;
- 3) Direito Material Coletivo e a Judicialização de Políticas Públicas no Âmbito do Processo Coletivo Enquanto Forma de Efetivação de Direitos Fundamentais e Sociais;
- 4) Identificação, Características e Controvérsias Quanto à Legitimação Ativa e a Atuação dos Legitimados Extraordinários em Defesa dos Direitos das Coletividades e das Minorias Vulneráveis;
- 5) Aspectos Controvertidos sobre a Competência e as Regras de Prevenção na Sistemática Processual Brasileira de Defesa aos Direitos Coletivos lato sensu, e os Institutos Processuais da Conexão, Continência e Litispendência;
- 6) Extensão da Coisa Julgada e a Execução das Sentenças Coletivas na Sistemática Legislativa Brasileira e a conformação do Código de Defesa do Consumidor e da Lei de Ação Civil Pública, bem como os seus Fundamentos frente às Modalidades Legais de Direitos Coletivos;
- 7) Dano Patrimonial e Dano Moral Coletivo: Possibilidades, Finalidades e Controvérsias Enfrentadas.
- 8) Novos Paradigmas sobre a Identificação Conceitual e Relacional, a Flexibilidade e Estabilidade das Decisões (judiciais e extrajudiciais): entre os Processos Coletivos Comuns e os Processos Coletivos Estruturais;

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Gregório Assagra de. Manual das Ações Constitucionais. Belo Horizonte: Editora Del Rey, 2007.

_____. Direito Material Coletivo: Superação da Summa Divisio Direito Público e Direito Privado por uma Nova Summa Divisio Constitucionalizada. Belo Horizonte: Del Rey, 2008.

ARENHART, Sérgio Cruz; OSNA, Gustavo. Curso de Processo Civil Coletivo. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2019.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EMDIREITO**

**Processo Seletivo 2022 - PPGD/UFMG
ANEXO III do EDITAL
Referências Temáticas e Bibliográficas - Mestrado e Doutorado**

CABRAL, Antonio do Passo; ZANETI JR., Hermes. Entidades de Infraestrutura Específica para a Resolução de Conflitos Coletivos: as claims resolution facilities e sua aplicabilidade no Brasil. Revista de Processo, São Paulo, v. 287, p. 445-483, jan. 2019.

DIDIER JR., Fredie; ZANETI JR., Hermes; OLIVEIRA, Raphael Alexandria. Elementos para uma Teoria do Processo Estrutural Aplicada ao Processo Civil Brasileiro. Revista do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, n. 75, p. 101-136, jan./mar. 2020.

FLETCHER, William. The Discretionary Constitution: Institutional Remedies and Judicial Legitimacy. The Yale Law Journal, v. 91, n. 4, p. 635-697, March 1992.

GRINOVER, Ada Pellegrini; BENJAMIN, Antônio.H.; WAMBIER, Teresa, A. Arruda.; VIGORITI, Vincenzo (Coords.). Processo Coletivo: do surgimento à atualidade. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

GRINOVER, Ada Pellegrini; WATANABE, Kazuo; COSTA, Suzana Henriques (Coords.). O Processo para Solução de Conflitos de Interesse Público. Salvador: JusPodivm, 2017.

GRINOVER, Ada Pellegrini; WATANABE, Kazuo; MULLENIX, Linda. Os Processos coletivos nos Países de Civil Law e Common Law: uma análise de direito comparado. 2 ed. Rev. e Atual. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais. 2011. 464 p.

GIDI, Antônio. A Class Action como Instrumento de Tutela Coletiva dos Direitos: as ações coletivas em uma perspectiva comparada. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 525 p., 2007.

GIDI, Antônio; TESHEINER, José Maria; THIBAU, Tereza C. S. Baracho (org.). Processos Coletivos: ação civil pública e ações coletivas. Adriana Goulart de Sena Orsini... et al. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 247 p., 2015.

HIRSCHL, Ran. O Novo Constitucionalismo e a Judicialização da Política Pura no Mundo. Revista de Direito Administrativo, Rio de Janeiro, v. 251, p. 139-178, 2009.

HIRSCHL, Ran. The New Constitutionalism and the Judicialization of Pure Politics Worldwide. Fordham Law Review, v.75, n.2, p.721-753, 2006.

HOWLETT, Michael; RAMESH, M.; PERL, Anthony. Política Pública: seus ciclos e subsistemas. Uma abordagem integral. Tradução de Francisco G. Heidemann. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

JOBIM, Marco Felix. Medidas Estruturantes: da Suprema Corte Estadunidense ao Supremo Tribunal Federal. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2013.

LEONEL, Ricardo de Barros. Manual do Processo Coletivo. 4o ed. rev., ampl. e atual. De acordo com



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EMDIREITO**

**Processo Seletivo 2022 - PPGD/UFMG
ANEXO III do EDITAL
Referências Temáticas e Bibliográficas - Mestrado e Doutorado**

o CPC/15. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.

MARQUES, Cláudia Lima; MIRAGEM, Bruno. Diálogo das Fontes: Novos Estudos sobre a coordenação e Aplicação das normas no direito brasileiro. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2020.

MEGALE, Maria Helena Damasceno e Silva. O Horizonte Hermenêutico da Paz: essencialidade nas relações de conflito. Belo Horizonte: D'Plácido, 2019.

MENKEL-MEADOW, Carrie J. et al. Dispute Resolution: Beyond The Adversarial Model. 3rd. edition. New York: Wolters Kluwer, 2019.

NUNES, Dierle; COSTA, Fabrício Veiga; GOMES, Magno Federici Gomes (Orgs.) Processo coletivo, desenvolvimento sustentável e tutela diferenciada dos direitos fundamentais [recurso eletrônico]. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2019.

PENNA, Saulo Versiani. Controle e Implementação Processual de Políticas Públicas no Brasil. Belo Horizonte: Fórum, 2011.

PUGA, Mariela. El litigio estructural. Revista de Teoría del Derecho de la Universidad de Palermo, Buenos Aires, a. I, n. 2, p. 41-82, nov. 2014.

THIBAU, Tereza C.S. Baracho (Coord.); ALVARENGA, Samuel (Org.). Direito e Processo Coletivo: diálogos interdisciplinares. Belo Horizonte: Editora Vorto, 2019.

THIBAU, Tereza C.S. Baracho e VIANA, Thaís C. Teixeira. O Modelo de Tutela Coletiva Processual Brasileiro e o Desafio da Inclusão Social. In: Processo Civil Contemporâneo: homenagem aos 80 anos de professor Humberto Theodoro Júnior. Org. Edgard Audomar Marx Neto ... et al. Rio de Janeiro: Forense, 2018. p.528-553.

THIBAU, Tereza C.S. Baracho. A Legitimação Ativa nas Ações coletivas: um contributo para o estudo da substituição processual. Orientador: Aroldo Plínio Gonçalves. 2003, 295 p. Tese (Doutorado em Direito). Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003

VERBIC, Francisco. Ejecucion de sentencias en litigios de reforma estructural: dificultades políticas y procedimentales que inciden sobre la eficacia de estas decisiones. XXVII Congreso Nacional de Derecho Procesal, Córdoba, Argentina. Comisión de Derecho Procesal Constitucional Sub-Comisión 3: "Ejecución de sentencias en litigios estructurales y complejos. La eficacia del Poder Judicial en el control de políticas públicas". Septiembre 2013.

_____. Un nuevo proceso para conflictos de interés público en la República Argentina. Revista de Processo, São Paulo, v. 40, n. 244, p. 287-322, jun./2015.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EMDIREITO**

**Processo Seletivo 2022 - PPGD/UFMG
ANEXO III do EDITAL
Referências Temáticas e Bibliográficas - Mestrado e Doutorado**

- VIOLIN, Jordão. Protagonismo Judiciário e Processo Coletivo Estrutural. Salvador: JusPodivm, 2013.
- VITTORELLI, Edilson; ZANETTI JR, Hermes (coord.). Casebook de Processo Coletivo: Estudos a Partir de Casos. Volume 1: Técnicas Extrajudiciais de Tutela Coletiva e Temas Especiais. São Paulo: Almedina, 2020, 580 p.
- VITTORELLI, Edilson; ZANETTI JR, Hermes (coord.). Casebook de Processo Coletivo: Estudos a Partir de Casos. Volume 2: Tutela Jurisdicional Coletiva. São Paulo: Almedina, 2020, 512 p.
- VITTORELLI, Edilson. Levando os Conceitos a Sério: processo estrutural, processo coletivo, processo estratégico e suas diferenças. Revista de Processo, São Paulo, v. 284, p. 333-369, out. 2018,
- _____. O Devido Processo Legal Coletivo: dos direitos aos litígios coletivos. 2 ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2019.
- ZAVASKI, Teori Albino. Processo Coletivo: tutela de direitos coletivos e tutela coletiva de direitos. 4 ed., São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016. 272 p.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EMDIREITO**

**Processo Seletivo 2022 - PPGD/UFMG
ANEXO III do EDITAL
Referências Temáticas e Bibliográficas - Mestrado e Doutorado**

Área de Estudo: D-05 - Acesso à Justiça, Direitos Humanos e Soluções Consensuais de Conflitos

Referências temáticas

- 1) Acesso à Justiça no Brasil para além da concepção liberal: a via dos direitos
- 2) Acesso à Justiça pela via Direitos e Tecnologia
- 3) Das mediações: entre judicialização e desjudicialização
- 4) Solução de conflitos, Adequação de Meios, Desenho de Sistemas de Disputas, ODR's - Resolução de Conflitos "On Line"

Referências bibliográficas

ABREU, Maria Aparecida. Redistribuição, reconhecimento e representação : diálogos sobre igualdade de gênero. – Brasília : Ipea, 2011. 222 p.

ARBIX, Daniel do Amaral. Resolução online de controvérsias: tecnologias e jurisdições. São Paulo: Tese de doutorado apresentada à Faculdade de Direito da USP, 2016.
https://teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2135/tde-01092016-154830/publico/Doutorado_Arbix_3mar15_INTEGRAL.pdf

ARESE, César. Acceso a la tutela judicial efectiva laboral en países de América del Sur. Ginebra: Documento de Trabajo de La Oit 10, 2020. 105 p.

BONAFE-SCHMITT, J-P. (2012). Os modelos de mediação: modelos latinos e anglo-saxões de mediação. Meritum – Revista de Direito da Universidade FUMEC, v. 7, n. 2, jul- dez 2012, p. 181-227.

CARELLI, Rodrigo de; CAVALCANTI, Tiago Muniz; FONSECA, Vanessa Patriota da. Futuro do trabalho: os efeitos da revolução digital na sociedade – Brasília : ESMPU, 2020. 472 p.

FERRAZ, Leslie Shérída (Coord.). Repensando o acesso à Justiça no Brasil: estudos internacionais. / Volume 2 – – Institutos inovadores / – Aracaju: Evocati, 2016. 281p.

FRASER, Nancy. Scales of Justice: Reimagining Political Space in a Globalizing World. Columbia University Press, New York.

FRASER, Nancy. Rethinking recognition: overcoming displacement and reification in cultural politics, New Left Review, n. 3, p. 107-20, may/June, 2000.

FRASER, Nancy. Social justice in the age of identity politics: redistribution, recognition and participation. In: HONNETH, Nancy Fraser and Axel. Redistribution or Recognition? A Political-Philosophical Exchange. London: Verso, 2000.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EMDIREITO**

**Processo Seletivo 2022 - PPGD/UFMG
ANEXO III do EDITAL
Referências Temáticas e Bibliográficas - Mestrado e Doutorado**

GALANTER, Marc. Por que 'quem tem' sai na frente: especulações sobre os limites da transformação no direito. Trad. Ana Carolina Chasin. São Paulo: 2014.

<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/25816/Por%20que%20%27quem%20tem%27%20sai%20na%20frente.pdf?sequence=1&isAllowed=y>

GALANTER, Marc. Reading the landscape of Disputes: what we know and don know (and think we know) about our allegedly contentious and litigious Society. UCLA Law Review, october 1983, 31. UCLA L. Rev.4

GUILLAUME-HOGNUNG, M. (2018). A mediação. Belo Horizonte: RTM.

MARONA, Marjorie. Acesso à qual justiça? [manuscrito] : a construção da cidadania brasileira para além da concepção liberal - 2013. Orientador: Leonardo Avritzer. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.
<https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUOS-9M4L5G>

NICACIO, Camila Silva. Direito e mediação de conflitos: entre metamorfose da regulação social e administração plural da justiça. Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais (Impresso), v. 59, p. 11-56, 2011.

NICACIO, Camila Silva. Desafios e impasses aos meios consensuais de tratamento de conflitos. in Luiz E. Gunther e Rosemarie D. Pimpão (dir.), Conciliação, um caminho para a paz social, Curitiba: Juruá Editora, 2012, v.1, p. 25-46.

https://www.academia.edu/14304746/Desafios_e_impasses_ao_meios_consensuais_de_tratamento_de_conflitos

NICACIO, Camila Silva. Mediação de Conflitos e Emergência Normativa. Rev. Fac. Direito UFMG, Belo Horizonte, n. 73, pp. 141-171, jul./dez. 2018. DOI: 10.12818/P.0304- 2340.2018v73p14.
<https://revista.direito.ufmg.br/index.php/revista/issue/view/138>

NUNES, Dierle; LUCON, Paulo Henrique dos Santos; WOLKART, Erik Navarro. Inteligência Artificial e Direito Processual: os impactos da virada tecnológica no direito processual. 2ª ed. Salvador: Editora JusPodivm, 2021.

NUNES, Dierle. Novos Designs Tecnológicos no Sistema de Resolução de Conflitos: ODR, E-Acesso à Justiça e seus Paradoxos no Brasil.

https://www.academia.edu/45607938/NOVOS_DESIGNS_TECNOL%C3%93GICOS_NO_SISTEMA_DE_RESOLU%C3%87%C3%83O_DE_CONFLITOS_ODR_E_ACESSO_%C3%80_JUSTI%C3%87A_E_SEUS_PARADOXOS_NO_BRASIL?auto=citations&from=cover_page

ORSINI, Adriana Goulart de Sena. Acesso à Justiça pela Via dos Direitos Trabalhistas.

https://www.academia.edu/49266501/ACESSO_%C3%80_JUSTI%C3%87A_PELA_VIA_DOS_DIREITOS_TRABALHISTAS

ORSINI, Adriana Goulart de Sena. LEME, Ana Carolina Reis Paes. Acesso Tecnológico à Justiça no



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO**

**Processo Seletivo 2022 - PPGD/UFMG
ANEXO III do EDITAL
Referências Temáticas e Bibliográficas - Mestrado e Doutorado**

Contexto da Sociedade em Rede: Compartilhando (in)Justiça. In: Conpedi Law Review. Volume 3. Edição 2. Páginas 202-218.

<https://indexlaw.org/index.php/conpedireview/article/view/3728>

ORSINI, Adriana Goulart de Sena; SOUZA, Cibele. Contribuições da universidade para o acesso à justiça via direitos na área da saúde e para o desenvolvimento sustentável. Higher Education and Society. Volume 32. Edição 2. Páginas 427- 453.

<https://www.iesalc.unesco.org/ess/index.php/ess3/article/view/298>

ORSINI, Adriana Goulart de Sena; SILVA, Nathane Fernandes. Entre a promessa e a efetividade da mediação: uma análise da mediação no contexto brasileiro. Revista Jurídica da Presidência. Volume 18. Edição 115. Páginas 331-356.

https://scholar.google.com.br/citations?user=nhngIIIAAAAJ&hl=pt-BR#d=gs_md_cita-d&u=%2Fcitations%3Fview_op%3Dview_citation%26hl%3Dpt-BR%26user%3DnhngIIIAAAAJ%26citation_for_view%3DnhngIIIAAAAJ%3AaqlVkmm33-oC%26tzm%3D180

ORSINI, Adriana Goulart de Sena. Intercondições e formas de solução de conflitos: abordagem e tratamento adequado face a centralidade consensual sistêmica a partir da Resolução 125/CNJ.

https://www.academia.edu/49621351/Intercondi%C3%A7%C3%B5es_e_formas_de_solu%C3%A7%C3%A3o_de_conflitos_abordagem_e_tratamento_adequado_face_a_centralidade_consensual_sist%C3%AAmica_a_partir_da_Resolu%C3%A7%C3%A3o_125_CNJ

ORSINI, Adriana Goulart de Sena. Jurimetria e Predição: Notas sobre Uso dos Algoritmos e o Poder Judiciário. In: RDUno: Revista do Programa de Pós-Graduação em Direito da Unochapecó. Volume 3. Edição 4. Páginas 33-50.

ORSINI, Adriana Goulart de Sena, JÚNIOR, José Eduardo de Resende Chaves e MENECHINI, Nancy Vidal. Trabalhadores Plataformizados e o Acesso à Justiça Pela Via dos Direitos: Regulações e Lutas Em Países das Américas, Europa e Ásia Voltadas Ao Reconhecimento, Redistribuição e Representação. Belo Horizonte, 2021: Editora Expert.

PEDROSO, João António Fernandes. Acesso ao Direito e à Justiça: um direito fundamental em (des)construção: O caso do acesso ao direito e à justiça da família e das criança - 2011. Orientador: Prof. Doutor Boaventura de Sousa Santos. Dissertação de Doutoramento em Sociologia do Estado, do Direito e da Administração, apresentada à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/22583/1/Tese_Joao%20Pedroso.pdf

RODRIGUES, Bruno Alves. A Inteligência Artificial no Poder Judiciário e a Convergência com a Consciência Humana para a Efetividade da Justiça. Editora Revista dos Tribunais, 2021. 312 p.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Os tribunais e as novas tecnologias de comunicação e de informação. In: Sociologias, n.13, Porto Alegre. jan.-jun. 2005. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/soc/a/BwzYH8TjfdPnCjZQfjyZRj/?lang=pt>

SELA, Ayelet. The effect of online technologies on dispute resolution system design: antecedents, current trends and future directions. Lewis & Clark Law Review 633 (2017), Bar Ilan University Faculty of Law Research Paper No. 18-03.

https://www.researchgate.net/publication/335125466_THE_EFFECT_OF_ONLINE_TECHNOL



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO**

**Processo Seletivo 2022 - PPGD/UFMG
ANEXO III do EDITAL
Referências Temáticas e Bibliográficas - Mestrado e Doutorado**

**OGIES ON DISPUTE RESOLUTION SYSTEM DESIGN ANTECEDENTS CURRENT TR
ENDS AND FUTURE DIRECTIONS**

SIX, Jean-François. Dinâmica da Mediação. 2001. Belo Horizonte: Del Rey. ADLERT, Robert S. SILVERSTEINT, Elliot M. When David Meets Goliath: Dealing with Power Differentials in Negotiations. Harvard Negotiation Law Review, 2000, 5, 1–112.

SOLER, Raul Calvo. Mapeo de Conflictos. Técnica para la exploración de los conflictos. Barcelona: Editorial Gedisa S.A, 2014.

YARSHELL, Flávio Luiz; COSTA, Susana Henriques da; FRANCO, Marcelo Veiga (Coord.). Estudos em homenagem ao Professor Marc Galanter. 2021.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EMDIREITO**

**Processo Seletivo 2022 - PPGD/UFMG
ANEXO III do EDITAL
Referências Temáticas e Bibliográficas - Mestrado e Doutorado**

Área de Estudo: D-06 – Administração da Justiça, Governança e Políticas Públicas

Referências temáticas

- 1) Transformações do constitucionalismo ocidental: Neoconstitucionalismo: constitucionalismo principialista (“noeconstitucionalismo”) e constitucionalismo garantista.
- 2) “Do estado de direito ao Estado Constitucional: do direito por regras ao direito por princípios” e o papel do Poder Judiciário na teoria constitucional de Gustavo Zagrebelsky.
- 3) O Poder Judiciário com agente de transformação social. As cortes constitucionais como espaço de promoção dos direitos humanos. A experiência paradigmática da Corte Constitucional Colombiana: a sentença T-025 (2004).
- 4) Administração da justiça econômica: fundamentos teórico-constitucionais do controle constitucional da compatibilidade das políticas públicas com obrigações jurídicas (inconstitucionalidade sistêmica) afetas aos direitos socioeconômicos.
- 5) A função política e de governo do Supremo Tribunal Federal: controle constitucional de políticas públicas econômicas(?).
- 6) O Sistema Núcleo Intersindical de Conciliação Trabalhista- Sistema Ninter como instrumento de participação dos sindicatos na administração da justiça. O papel de tais instituições nas políticas de tratamento adequado dos conflitos laborais instituídas pela Resolução 174/16, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT).
- 7) A cooperação judiciária como estratégia de administração da justiça na organização judiciária brasileira: dimensões processual e extraprocessual. (NCPC/2015; Recomendação 38 do CNJ).
- 8) Constituição econômica como extensão da constituição política: controle judicial de políticas públicas (econômicas) como instrumento de promoção dos direitos fundamentais?

Referências bibliográficas

PIETRO SANCHIS, Luis. El constitucionalismo de los derechos: ensayos de filosofía Jurídica. Madrid: Trotta, 2013 (5 primeiros capítulos).

ZAGREBELSKY, Gustavo. El Derecho dúctil. Trad. Marina Gascón. 6. ed. Madrid: Editorial Trotta, 2005. “Del estado de derecho al estado constitucional” p 21-41; “El derecho por principios” p. 109-126.

GARAVITO, César Rodrigues. La globalización del estado de derecho – El neoconstitucionalismo, el neoliberalismo y la transformación institucional en América Latina. Bogotá: Universidad de los Andes, Facultad de Derecho, Centro de Investigaciones Sociojurídicas, Ediciones Uniandes, 2008.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EMDIREITO**

**Processo Seletivo 2022 - PPGD/UFMG
ANEXO III do EDITAL
Referências Temáticas e Bibliográficas - Mestrado e Doutorado**

GARAVITO, César Rodriguez; FRANCO, Diana Rodriguez. Cortes y cambio social – Cómo la Corte Constitucional transformó el desplazamiento forzado en Colombia. Bogotá: Centro de Estudios de Derecho, Justicia y Sociedad, Dejusticia, 2010. (Capítulo 1, Las cortes y el cambio social estructural).

OSUNA, Néstor. “Las sentencias estructurales. Tres ejemplos de Colombia” IN BAZAN, Víctor. Justicia constitucional y derechos fundamentales – la protección de los derechos sociales. Las sentencias estructurales. Bogotá: FUNDACIÓN KONRAD ADENAUER, 2015. pp. 91-116.

PEREIRA, Jane Reis Gonçalves; GONÇALVES, Gabriel Accioly. Inconstitucionalidade sistêmica e multidimensional: transformações no diagnóstico das violações à Constituição, in Revista Juris Poiesis ano 18, nº 18, jan-dez.2015 ISSN 1516-6635, pp. 130-159.

PUGA, Marilea. El litigio estructural, IN Revista de Teoría del derecho de la Universidad de Palermo, Año I, nº2, noviembre de 2014.

VALLE, Vanice Regina Lírio do. Controle judicial de políticas públicas: sobre os riscos da vitória da semântica sobre o normativo, IN Revista de Direitos Fundamentais e Democracia, Curitiba, v. 14, p. 387-408, julho/dezembro de 2013.

COMISIÓN INTERNACIONAL DE JURISTAS. Los tribunales y la exigibilidad legal de los derechos económicos, sociales y culturales – experiencias comparadas de justiciabilidad. Ginebra: CIJ, 2009. (Capítulo V – El papel de los tribunales en la determinación de la compatibilidad de las políticas sociales con obligaciones jurídicas, pp. 85- 102).

TAVARES, André Ramos. Justiça Constitucional e suas funções, IN Revista de Informação Legislativa, Brasília a. 43 n. 171, jul/set/2006, pp. 19-47

VASCONCELOS, Antônio Gomes de. Pressupostos filosóficos e político-constitucionais do sistema Núcleo Intersindical de Conciliação Trabalhista – teoria e prática da razão dialógica e do pensamento complexo na organização do trabalho e na administração da justiça: democracia integral e ética de responsabilidade social. São Paulo: LTr, 2014, (Capítulo I).

VASCONCELOS, Antônio Gomes de. O sistema Núcleo Intersindical de Conciliação Trabalhista: Do fato social ao instituto jurídico: uma transição neoparadigmática do modelo de organização do trabalho e da administração da justiça. 1. ed. São Paulo: LTr, 2014. v. 2. (Capítulos 4 e 5)

VASCONCELOS, Antônio Gomes de. Modificações Relativas à Extinção do contrato de trabalho instituídas pela lei n. 13.467/2017: dispensa individual e coletiva, distrato e direitos rescisórios (Item 5. O procedimento de jurisdição voluntária para homologação judicial de acordos extrajudiciais), in HORTA, Denise Alves; FABIANO, Isabela M. de Alcântara; KOURY, Luiz Ronan Neves; OLIVEIRA, Sebastião Geraldo (coords.). Direito do trabalho e processo do trabalho. São Paulo: LTr, 2017, pp. 249-260.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EMDIREITO**

**Processo Seletivo 2022 - PPGD/UFMG
ANEXO III do EDITAL
Referências Temáticas e Bibliográficas - Mestrado e Doutorado**

VASCONCELOS, Antônio Gomes de; JUNIOR, José Eduardo de Resende Chaves. “Cooperação judiciária na administração da justiça e no processo do trabalho”, IN SOUZA, COLONAGO, Lorena de Mello Rezende. Processo do trabalho atual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016, pp. 264-302 (Itens 1,2,3).

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. ANTEPROJETO DE RESOLUÇÃO QUE INSTITUI O SISTEMA NACIONAL DE COOPERAÇÃO JUDICIÁRIA E SEU f) PROPOSTA DE “REGULAMENTO DO SISTEMA NACIONAL DE COOPERAÇÃO JUDICIÁRIA”. Disponível em:< http://media.wix.com/ugd/e5d4a8_41c4e9bf6a63442653296df518410994.pdf >.

VITAL, Moreira. “Economia e Constituição – para o conceito de constituição econômica” (Cap. V: Constituição econômica e constituição política), Boletim de Ciências Econômicas (Suplemento ao Boletim da Faculdade de Direito de Coimbra – Volume XIX, 1976.

BERCOVICI, Gilberto. Constituição econômica e desenvolvimento – leitura a partir da Constituição de 1988. São Paulo: Malheiro, 2005 (Capítulos 1 e 2).

VALLE, Vanice Regina Lório do. Controle Judicial de Políticas Públicas: sobre os riscos da vitória da semântica sobre o normativo, Revista de Direitos Fundamentais e Democracia, Curitiba, v. 14, n. 14, p. 387-408, julho/dezembro de 2013.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EMDIREITO**

**Processo Seletivo 2022 - PPGD/UFMG
ANEXO III do EDITAL
Referências Temáticas e Bibliográficas - Mestrado e Doutorado**

Área de Estudo: D-07 – Hermenêutica jurídica nas matrizes fenomenológica e epistemológica: interação entre saberes em prol da efetividade dos direitos humanos e fundamentais.

Referências temáticas

- 1) A teoria da interpretação de Emilio Betti.
- 2) A Hermenêutica na matriz fenomenológica.
- 3) A Hermenêutica Jurídica e o meio ambiente.
- 4) Hermenêutica Jurídica e processo no âmbito dos poderes estatais.
- 5) A Hermenêutica Jurídica e a Bioética.
- 6) Hermenêutica Jurídica e linguagem.
- 7) Hermenêutica, Direito e Política.
- 8) A Hermenêutica Jurídica da afetividade: do texto à existência.
- 9) Hermenêutica Jurídica e poder no Estado Democrático de Direito.
- 10) A Hermenêutica da paz na busca de soluções judiciais e extrajudiciais inspiradas na justiça.

Referências bibliográficas:

DERRIDA, Jacques. Essa estranha instituição chamada Literatura. Tradução de Marileide Dias Esqueda. Belo Horizonte: UFMG, 2014.

HEIDEGGER, Martin. Ser e tempo. Tradução de Fausto Castilho. Campinas: Unicamp; Petrópolis: Vozes, 2012.

MEGALE, Maria Helena Damasceno e Silva. A compreensão virtuosa do direito. Revista Brasileira de Estudos Políticos. Belo Horizonte, v. 97, n. 03, p. 71-104, jan./jun. 2008.

MEGALE, Maria Helena Damasceno e Silva. A fenomenologia e a hermenêutica jurídica. Belo Horizonte: Faculdade de Direito da UFMG, 2007.

MEGALE, Maria Helena Damasceno e Silva. A teoria da interpretação jurídica: um diálogo com Emilio Betti. Revista Brasileira de Estudos Políticos. Belo Horizonte, v. 91, n. 06, p. 145-169, jan./jun. 2005.

MEGALE, Maria Helena Damasceno e Silva. Direito, Hermenêutica e Literatura. Belo Horizonte: D'Plácido, 2019.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EMDIREITO**

**Processo Seletivo 2022 - PPGD/UFMG
ANEXO III do EDITAL
Referências Temáticas e Bibliográficas - Mestrado e Doutorado**

MEGALE, Maria Helena Damasceno e Silva. Direito, Política e Teatro. D'Plácido, 2019.

MEGALE, Maria Helena Damasceno e Silva. Introdução à ontologia heideggeriana e ao meio ambiente: abertura do ser para o infinito da existência com o outro. Revista Brasileira de Estudos Políticos. Belo Horizonte, v. 99-B, n. 09, pp.209-227, jul./dez. 2009.

MEGALE, Maria Helena Damasceno e Silva. O horizonte hermenêutico da paz: essencialidade nas relações de conflito. Belo Horizonte: D'Plácido, 2019.

MEGALE, Maria Helena Damasceno e Silva. Uma recordação da retórica no Fedro de Platão ou a força de resposta do discurso juspolítico inspirado na ideia de justiça. Revista Brasileira de Estudos Políticos. Belo Horizonte, v. 98, n. 12, p. 337-360, jul./dez. 2008.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EMDIREITO**

**Processo Seletivo 2022 - PPGD/UFMG
ANEXO III do EDITAL
Referências Temáticas e Bibliográficas - Mestrado e Doutorado**

Área de Estudo: D-08 – Antropologia do Direito, Interlegalidades e Sensibilidades Jurídicas

Referências temáticas

- 1) Juridicidade e diálogo intercultural: a produção do direito e a questão indígena.
- 2) Etnografia no campo jurídico e interpretação do direito: um olhar sobre as instituições jurídicas.
- 3) A cultura e os modos de resolução de conflitos.
- 4) Os dilemas dos direitos humanos em sua expansão.
- 5) A normatividade agroalimentar em perspectiva: transversalidade, cultura e sociedade.
- 6) Religião, direito e espaço público

Referências bibliográficas

AGAR, M.A. 1980. “The concept of fieldwork” (Chapter 2) in *The Professional Stranger: An Informal Introduction to Ethnography*. San Diego, CA: Academic Press, p. 53-72.

CHASE, Oscar. *Direito, cultura e ritual: sistemas de resolução de conflitos no contexto da cultura comparada*. Tradução: Sergio Arenhart, Gustavo Osna. Imprensa: São Paulo, Marcial Pons, 2014.

CLASTRES, Pierre. *La société contre l'état*. Paris: Les éditions de Minuit, 1974.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. Olhar, ouvir e escrever: o trabalho do antropólogo. *Revista de Antropologia*. São Paulo. USP. 1996. V. 39. Nº 1. P.13-37.

FONSECA, Cláudia; CARDARELLO, Andrea. Direitos dos mais e menos humanos. *Horizontes antropológicos*. Porto Alegre, ano 5, n. 10, p. 83-121, maio 1999.

GEERTZ, Clifford. *O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa*. Rio de Janeiro, Vozes, 1997.

GIUMBELLI, Emerson. Liberdade religiosa no Brasil contemporâneo: uma discussão a partir do caso da Igreja Universal do Reino de Deus. In: KANT DE LIMA, R. (org.). *Antropologia e direitos humanos*. Niterói: EdUFF, 2001. pp. 75-96.

LE ROY, Etienne. *Le jeu des lois, une anthropologie ‘dynamique’ du droit*. Paris: Maison des Sciences de l’Homme, L.G.D.J, Droit et Société, nº 28, 1999, p. 177-219.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EMDIREITO**

**Processo Seletivo 2022 - PPGD/UFMG
ANEXO III do EDITAL
Referências Temáticas e Bibliográficas - Mestrado e Doutorado**

NICÁCIO, Camila S. Des normes et des liens. Médiation et complexité juridique. Saarbrücken: Presses académiques francophones, 2013.

MONTANARI, Massimo (org.). O mundo da cozinha: história, identidade, trocas. Tradução Valéria Pereira da Silva. São Paulo: Estação Liberdade: Senac, 2009.

MONTERO, Paula. Religião, pluralismo e esfera pública no Brasil, Novos Estudos, Cebrap, 74, março 2006.

PIERUCCI, Flávio. Ciladas da diferença. Tempo Social; Rev. Social. USP, S. Paulo, Volume 1(1).

SEGATO, Rita Laura. Antropologia e direitos humanos: alteridade e ética no movimento de expansão dos direitos universais, Mana 12(1): 207-236, 2006.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EMDIREITO**

**Processo Seletivo 2022 - PPGD/UFMG
ANEXO III do EDITAL
Referências Temáticas e Bibliográficas - Mestrado e Doutorado**

Área de Estudo: D-09 – Comunicação, Produção Normativa e Multimedialidade

Referências temáticas

- 1) Legística e Avaliação Legislativa: Contingências, desafios e boas práticas.
- 2) Elaboração legislativa multinível na contemporaneidade: a comunicação entre e nas fontes do direito
- 3) Formação do direito, opinião pública e mass media: Linguagens e oralidade em tempos interconectados
- 4) Avaliação Legislativa: interesses, contingências e métodos

Referências bibliográficas

GAAKEER, Jeanne. The perplexity of judges becomes the scholar's opportunity. German Law Journal, v. 18, n. 02, 2017, p. 331-362. Disponível em: <https://germanlawjournal.com/volume-18-no-02/> Acesso em 06.05.2019.

LOPES, Mônica Sette. Juristas e jornalistas: impressões e julgamentos. Revista do Tribunal Regional do Trabalho 3ª Região. Belo Horizonte, v.78, p.253-279. Disponível em: https://www.trt3.jus.br/escola/institucional/revista/paginas_rev/rev_78.htm Acesso em 06.05.2019.

MENEGUIN, Fernando Borato et alii. Avaliação de impacto: cenários e perspectivas para sua aplicação. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/535244>

SOARES, Fabiana de Menezes. Simplificação e elaboração da legislação tributária infralegal: notas sobre o acesso ao direito vigente e a gestão da elaboração legislativa pelo Executivo. Caderno de Finanças Públicas, n. 12, dez.2012, p. 219-245. Disponível em: <http://www.esaf.fazenda.gov.br/assuntos/biblioteca/cadernos-de-financas-publicas>.

SOARES, Fabiana de Menezes; KATTEL, Cristiane Silva; PRETE, Esther Kulkamp Eyng. Estudos em Legística. 1a Edição 2019 ISBN (DIGITAL): 978-65-80478-10-1. Florianópolis: Tribo da Ilha, 2019. Disponível em: <https://www.direito.ufmg.br/wp-content/uploads/2019/10/Miolo_Estudos-em-Leg%C3%ADstica-Final2.pdf>
<https://drive.google.com/file/d/1wtXUrrA4WgmUMVeDMzOOTshFGqimWeBa/view>



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EMDIREITO**

**Processo Seletivo 2022 - PPGD/UFMG
ANEXO III do EDITAL
Referências Temáticas e Bibliográficas - Mestrado e Doutorado**

Área de Estudo: D-10 – As Relações na Cidade, a Alteridade, o Usufruto Equitativo e o Meio Ambiente

Referências temáticas

- 1) Direito à moradia
- 2) Trabalho da população em situação de rua
- 3) Comunidades tradicionais em áreas urbanas
- 4) Impactos e conflitos socioambientais em áreas urbanas
- 5) Ocupações urbanas
- 6) Direito à cidade
- 7) Princípios urbanísticos
- 8) Expansão urbana e justiça socioespacial
- 9) Planejamento urbano e segregação socioespacial
- 10) Espaços ambientais protegidos e paisagem nas cidades

Referências bibliográficas

ACSERLALD, Henri. Discursos da sustentabilidade. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, nº 01, p. 79-90, mai. 1999. Disponível em: <<http://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/27>>.

DIAS, André Luiz Freitas; OLIVEIRA, Lucas Furiati de. Violências de Mercado e de Estado no Contexto do Empreendimento Minerário Minas-Rio, Conceição do Mato Dentro – MG, 2015 a 2017. São Carlos: Scienza, 2018. Disponível em: <https://polosdecidadania.com.br/wp-content/uploads/2014/07/Miolo_Viol%C3%AAsncias_Mercado.zip>.

DIAS, Maria Tereza Fonseca; CALIXTO, Juliano dos Santos (Org.) As ocupações urbanas e o direito fundamental à moradia adequada na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Porto Alegre: Editora Fi, 2020. Disponível em: <<https://www.editorafi.org/53urbanas>>.

GAIO, Daniel. A interpretação do direito de propriedade em face da proteção constitucional do meio ambiente urbano. Rio de Janeiro: Renovar, 2015.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EMDIREITO**

**Processo Seletivo 2022 - PPGD/UFMG
ANEXO III do EDITAL
Referências Temáticas e Bibliográficas - Mestrado e Doutorado**

GAIO, Daniel (Org.). Remoções forçadas e a administração pública. Belo Horizonte: Imprensa Universitária da UFMG, 2020. Disponível em: <<https://www.bu.ufmg.br/imagem/000023/000023e8.pdf>>.

GRINOVER, Ada Pellegrini et al. Direitos fundamentais das pessoas em situação de rua. Belo Horizonte: D'Placido, 2016.

GUSTIN, Miracy B. S. Das necessidades humanas aos direitos: ensaio de sociologia e filosofia do direito. 2ª ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2010.

HARVEY, David. Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

MARICATO, Ermínia. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias: planejamento urbano no Brasil. In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia (Org.). A cidade do pensamento único: desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 121-192.

PRADO, André Luiz Prado. Ao fim da cidade: conjuntos habitacionais nas bordas urbanas. 2014. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura. Disponível em: <http://rehabitare.direito.ufmg.br/?page_id=294>.

SALCEDO REPOLÊS, Maria Fernanda et al. La espera como violencia de estado y la democracia sin espera: el caso de Vila Acaba Mundo”. In: DIAS, André Luiz Freitas; MAYOS SOLSONA, Gonçal (Org.). Violaciones de derechos humanos, poder y Estado. Jundiaí: Paco, 2018, v. 1, p. 185-213.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EMDIREITO**

**Processo Seletivo 2022 - PPGD/UFMG
ANEXO III do EDITAL
Referências Temáticas e Bibliográficas - Mestrado e Doutorado**

Área de Estudo: D-11 – Novas fronteiras entre o direito material e processual

Referências temáticas

- 1) Tutela específica e conformação procedimental à tutela das obrigações. Mecanismos de tutela diferenciada e novos sistemas de resolução de conflitos. Limites para utilização das medidas coercitivas atípicas.
- 2) Ato ilícito e tutela processual do ilícito. Prova do ilícito e presunções.
- 3) Culpa e risco na responsabilidade civil. Funções da responsabilidade civil. Reparação de “novos danos”.
- 4) Contratualização das relações privadas, soluções consensuais e contratualização do processo. Negócio jurídico material e processual.
- 5) Abuso de direito: configuração, limites e instrumentos de controle. Abuso no direito material e no processo.
- 6) Tempo e relações jurídicas. Tempo do direito material e tempo do processo. Prescrição intercorrente.
- 7) Incidência diferenciada da boa-fé nas relações materiais e processuais. Os deveres de lealdade e de cooperação no contrato e no processo.
- 8) Liberdade econômica e revisão dos contratos. Coligação contratual. Impactos da pandemia sobre os contratos.
- 9) Crise sistêmica das violações do direito material, litigiosidade repetitiva e instrumentos para eficiência dos modelos de resolução de conflitos.
- 10) Autotutela executiva e “desjudicialização” da execução.

Referências bibliográficas

BARBOSA MOREIRA, José Carlos. Responsabilidade das partes por dano processual. In: WAMBIER, Luiz Rodrigues; WAMBIER, Tereza Arruda Alvim (org.). Doutrinas essenciais: processo civil. V. III. São Paulo: RT, 2011, p. 477-499.

BEDAQUE, José Roberto dos Santos. Direito e processo: influência do direito material sobre o processo. 3. ed., rev. e ampl. São Paulo: Malheiros, 2003.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EMDIREITO**

**Processo Seletivo 2022 - PPGD/UFMG
ANEXO III do EDITAL
Referências Temáticas e Bibliográficas - Mestrado e Doutorado**

BEDAQUE, José Roberto dos Santos. Efetividade do processo e técnica processual. 3. ed. São Paulo: Malheiros, 2010.

CABRAL, Antonio do Passo. Convenções processuais. 2. ed. Salvador: Juspodivm, 2018.

CABRAL, Antonio do Passo; NOGUEIRA, Pedro Henrique. Negócios Processuais. Salvador: JusPodivm, T. 1 (4. ed., 2019) e 2 (2020)

COUTO E SILVA, Clóvis. A obrigação como processo. São Paulo: FGV, 2006.

CUNHA DE SÁ, Fernando Augusto. Abuso do Direito. Coimbra: Almedina, 2005.

GABBAY, Daniela Monteiro; CUNHA, Luciana Gross. Litigiosidade, morosidade e litigância repetitiva no Judiciário: uma análise empírica. São Paulo: Saraiva, 2013.

GALDINO, Flávio. Introdução à teoria dos custos dos direitos: direitos não nascem em árvores. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2005.

GOMES, Elena de Carvalho. Entre o actus e o factum: os comportamentos contraditórios no direito privado. Belo Horizonte: Del Rey, 2009.

JORGE, Fernando Pessoa. Ensaio sobre os pressupostos da responsabilidade civil. Coimbra: Almedina, 1999.

ALVINO LIMA. Culpa e Risco. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1998.

MARINO, Francisco Paulo de Crescenzo. Revisão contratual. São Paulo: Almedina, 2020.

MARINONI, Luiz Guilherme. Técnica processual e tutela dos direitos. 5. ed. São Paulo: RT, 2018.

MARQUES NETO, Floriano Peixoto; RODRIGUES JR., Otavio Luiz; LEONARDO, Rodrigo Xavier (Org.). Comentários à Lei da Liberdade Econômica: Lei 13.874/2019. São Paulo: RT, 2019.

MARTINS-COSTA, Judith. A boa-fé no Direito Privado: critérios para sua aplicação. 2. ed. São Paulo: Saraiva: 2018.

MENEZES CORDEIRO, António Manuel da Rocha e. Da Boa Fé no Direito Civil. Coimbra: Almedina, 2007 (reimp.).

MILAGRES, Marcelo de Oliveira. Contratos imobiliários: impactos da pandemia do coronavírus. São Paulo: Editora Foco, 2020.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EMDIREITO**

**Processo Seletivo 2022 - PPGD/UFMG
ANEXO III do EDITAL
Referências Temáticas e Bibliográficas - Mestrado e Doutorado**

THEODORO JÚNIOR, Humberto; ANDRADE, Érico. Novas perspectivas para atuação da tutela executiva no Direito Brasileiro: autotutela executiva e “desjudicialização” da execução. Revista de Processo, v. 315, maio 2021, p. 109-158.

THEODORO JÚNIOR, Humberto; ANDRADE, Érico. Precedentes no Processo Brasileiro. Rio de Janeiro: Forense, 2021.

TOMASEVICIUS FILHO, Eduardo. O princípio da boa-fé no Direito Civil. São Paulo: Almedina, 2020.

TUCCI, José Rogério Cruz e. Tempo e processo: uma análise empírica das repercussões do tempo na fenomenologia processual (civil e penal). São Paulo: Revista dos Tribunais, 1998.

VASCONCELOS, Pedro Pais de. Teoria Geral do Direito Civil. 8. ed. Coimbra: Almedina, 2015.

VILHENA, Paulo Emílio Ribeiro de. Direito público e direito privado: sob os prismas das relações jurídicas. 3. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2018.

ZANETI JÚNIOR, Hermes; CABRAL, Trícia Navarro Xavier (Coord.). Justiça Multiportas: Mediação, Conciliação, Arbitragem e outros meios de solução adequada de conflitos. 2. ed. Salvador: JusPodivm, 2018.

ZIMMERMANN, Reinhard. The Law of Obligations: Roman Foundations of the Civilian Tradition. Oxford: Oxford University Press, 1996.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO**

**Processo Seletivo 2022 - PPGD/UFMG
ANEXO III do EDITAL
Referências Temáticas e Bibliográficas - Mestrado e Doutorado**

**LINHA DE PESQUISA 3
HISTÓRIA, PODER E LIBERDADE**

Área de Estudo: H-01 – Teoria da Sociedade, Teoria da Constituição e Dogmática Crítica

Referências temáticas

- 1) A Constituição como realidade social
- 2) A Constituição e suas contradições
- 3) O significado social e econômico dos direitos fundamentais
- 4) Direito e integração da sociedade
- 5) A ideia de crítica na Teoria Crítica frankfurtiana
- 6) Constitucionalismo, periferia e crise
- 7) Contribuições para uma nova história e teoria do processo de constitucionalização brasileiro no marco da teoria crítica da constituição
- 8) Direito, legitimidade, conflito concreto
- 9) Constituição, hermenêutica e aprendizagem social
- 10) Justiça de transição e o projeto constituinte do Estado Democrático de Direito

Referências bibliográficas

CARVALHO NETTO, Menelick de. A hermenêutica constitucional sob o paradigma do Estado Democrático de Direito In: CARVALHO NETTO, Menelick de. Teoria da Constituição e Direito Constitucional – Escritos Selecionados, Vol. 1. Apresentação de David F. L. Gomes. Belo Horizonte: Conhecimento, 2021, p. 71-88.

CATTONI DE OLIVEIRA, Marcelo A. Contribuições para uma nova história e teoria do processo de constitucionalização brasileiro no marco da teoria crítica da constituição. In: CATTONI DE OLIVEIRA, Marcelo A. (coord.). Constitucionalismo e História do Direito. Belo Horizonte:



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EMDIREITO**

**Processo Seletivo 2022 - PPGD/UFMG
ANEXO III do EDITAL
Referências Temáticas e Bibliográficas - Mestrado e Doutorado**

Conhecimento, 2020, p. 1-70.

CATTONI DE OLIVEIRA, Marcelo A.; GOMES, David F. L. Transição e Constitucionalismo: aportes ao debate público contemporâneo no Brasil. In: SOUSA JÚNIOR, José G. et al. (org.). O Direito Achado na Rua - Introdução Crítica à Justiça de Transição na América Latina. Brasília: UnB, 2015, v. 7, p. 185-191.

GOMES, David F. L. Constitucionalismo e dependência: em direção a uma Teoria da Constituição como Teoria da Sociedade. In: José Ricardo Cunha (org.). Teorias Críticas e Crítica do Direito – Volume II. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2020, p. 149-187.

HABERMAS, Jürgen. Facticidade e Validade. Contribuições para uma teoria discursiva do direito e da democracia. Trad. e apres. Felipe Gonçalves Silva e Rúrion Melo. São Paulo: UNESP, 2020, cap.2, p. 79-126.

HELLER, Hermann. Teoría del Estado. Ed. y prólogo de Gerhart Niemeyer. Trad. Luis Togo. México: Fondo de Cultura Económica, 2000, p. 316-356.

HONNETH, Axel. Crítica reconstructiva de la sociedad con salvedad genealógica. Sobre la idea de 'crítica' en la Escuela de Frankfurt. In: HONNETH, A. Patologías de la razón. trad. Griselda Mársico. Buenos Aires: Katz, 2011, p. 53-63.

KIRCHHEIMER, Otto. Weimar... e então? Formação e atualidade da Constituição de Weimar. Trad. Bianca Tavorali. Revista Direito e Práxis, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, 2019, p. 1500-1553.

MÜLLER, Friedrich. Legitimidade como conflito concreto do Direito positivo. Apresentação de Menelick de Carvalho Netto. Cadernos da Escola do Legislativo, Belo Horizonte, 5(9), jul./dez. 1999, p. 7-37.

NEUMANN, Franz. O significado social dos direitos fundamentais na Constituição de Weimar. Trad. Bianca Tavorali. Cadernos de Filosofia alemã: Crítica e modernidade, São Paulo, v. 22, n. 1, 2017, p. 139-155.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO**

**Processo Seletivo 2022 - PPGD/UFMG
ANEXO III do EDITAL
Referências Temáticas e Bibliográficas - Mestrado e Doutorado**

Área de Estudo: H-02 – Dogmática Crítica do Direito e da Jurisdição Constitucional em Perspectiva Histórica e Comparada

Referências temáticas

- 1) História dos Conceitos e Hermenêutica Filosófica
- 2) Conceito Moderno de Constituição
- 3) Jurisdição Constitucional e Constitucionalismo
- 4) Jurisdição Constitucional diante do “espaço de interação virtual”
- 5) Controle Jurisdicional de Constitucionalidade do Devido Processo Legislativo
- 6) Repensar o Constitucionalismo Brasileiro desde o Sul
- 7) Direito Constitucional Comparado em perspectiva crítica
- 8) Constitucionalismo, justiça de transição e erosão democrática
- 9) Democracia, pluralismo e identidade constitucional
- 10) Interpretação Jurídica no Estado Democrático de Direito

Referências bibliográficas

ALVES, Adamo Dias. Da sociologia dos conceitos à crítica hermenêutica de Gadamer a Koselleck: contribuições para uma análise crítico-reflexiva da história do processo de constitucionalização brasileiro. In: CATTONI DE OLIVEIRA, Marcelo A. (coord.). Constitucionalismo e História do Direito. Belo Horizonte: Conhecimento, 2020, p. 117-142.

BAHIA, Alexandre G. M. F. M.; CATTONI DE OLIVEIRA, Marcelo A.; NUNES, Dierle; SILVA, Diogo B. Controle Jurisdicional do Devido Processo Legislativo: História e Teoria Constitucional Brasileira. Belo Horizonte: Conhecimento, 2018.

CARVALHO NETTO, Menelick de. Requisitos pragmáticos da interpretação jurídica sob o paradigma do Estado Democrático de Direito. In: CARVALHO NETTO, Menelick de. Teoria da Constituição e Direito Constitucional – Escritos Seleccionados, Vol. 1. Apresentação de David F. L. Gomes. Belo Horizonte: Conhecimento, 2021, p. 53-69.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EMDIREITO**

**Processo Seletivo 2022 - PPGD/UFMG
ANEXO III do EDITAL
Referências Temáticas e Bibliográficas - Mestrado e Doutorado**

CATTONI DE OLIVEIRA, Marcelo A.; SILVA, Diogo B. Repensar o presidencialismo brasileiro desde o sul: as instabilidades políticas, o novo constitucionalismo latino-americano e a “morte cruzada”. In: BERCOVICI, Gilberto; SICSÚ, João; AGUIAR, Renan (coord.). Utopias para Reconstruir o Brasil. São Paulo: Quartier Latin, 2020, p. 313-339.

CATTONI DE OLIVEIRA, Marcelo A.; SALCEDO REPOLÊS, Maria F.; PRATES, Francisco C. A tensão entre público e privado no exercício das liberdades comunicativas nas redes sociais: o caso de mensagens públicas de autoridades governamentais por meio de contas “privadas”. *Libertas: Revista de Pesquisa em Direito*, Ouro Preto, v. 6, n. 2, p. e-202012, 2020.

GOMES, David F. L. Limites de um governo conservador: pequeno ensaio sobre Constituição e identidades coletivas. *Cadernos da Escola do Legislativo*, Belo Horizonte, v. 2, n. 35, 2019.

GOMES, David F. L. Sobre o conceito moderno de constituição: proposta de uma nova abordagem. In: CATTONI DE OLIVEIRA, Marcelo Andrade (coord.). *Constitucionalismo e História do Direito*. Belo Horizonte: Conhecimento, 2020, p. 219-242.

MEYER, Emilio Peluso Neder. *Decisão e Jurisdição Constitucional: Crítica às Sentenças Intermediárias, Técnicas e Efeitos do Controle de Constitucionalidade em Perspectiva Comparada*. 2a. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2021.

MEYER, Emilio Peluso Neder. Judges and Courts Destabilizing Constitutionalism: The Brazilian Judiciary Branch's Political and Authoritarian Character. *German Law Journal*, v. 19, p. 727-768, 2018.

MEYER, Emilio Peluso Neder. Repensando o Direito Constitucional Comparado no Brasil. *Revista de Investigações Constitucionais*, v. 6, p. 479-502, 2019.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EMDIREITO

Processo Seletivo 2022 - PPGD/UFMG
ANEXO III do EDITAL
Referências Temáticas e Bibliográficas - Mestrado e Doutorado

Área de Estudo: H-03 – Filosofia Radical e Teoria Crítica do Direito e do Estado

Referências temáticas

- 1) Biopolítica e necropolítica.
- 2) Estado de exceção.
- 3) Teologia política e violência fundadora e mantenedora do direito.
- 4) Democracia radical: multidão, comum e potências desinstituintes.
- 5) Desobediência, revolução ou reformismo?
- 6) Governo de si e dos outros: condutas e contracondutas.
- 7) Crítica ao capitalismo e à subjetivação (neo)liberal.
- 8) Decolonialismos: crítica à Modernidade, ao universalismo e à Razão.
- 9) *Habitus* e cumplicidade estrutural dos agentes do direito: da educação jurídica ao Poder Judiciário.
- 10) Teorias da sujeição e produção de sujeitos dissidentes.

Referências bibliográficas

ALVES, Marco Antônio Sousa Alves. Politização da vida e guerra social: a biopolítica em Michel Foucault. In: LIMA, B. N.; GANGANA, D. F. G.; VIANA, I. C.; ALVES, I. R.; ALVES, M. A. S.; SANTOS, T. C. C.; PATENTE, Z. M. O. (orgs.). Vidamorte: biopolíticas em perspectiva. Belo Horizonte: Editora Dialética, 2021, p. 19-42. Disponível em: <https://linktr.ee/coloquiobiopolitica>.

BENJAMIN, Walter. Para uma crítica da violência (1921). In: BENJAMIN, Walter. Escritos sobre mito e linguagem. Trad. Ernani Chaves. São Paulo: 34, 2011, p. 121-156.

BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Difel, 1989 [Cap. VIII. A força do direito, p. 209-254]

BUTLER, Judith A vida psíquica do poder: teorias da sujeição. Trad. Rogério Bettoni. Belo Horizonte: Autêntica, 2017. [Introdução, p. 9-39, Circuitos da má consciência (Nietzsche e Freud), p. 69-88 e Sujeição, resistência, ressignificação (Entre Freud e Foucault), p. 89-112].



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EMDIREITO**

**Processo Seletivo 2022 - PPGD/UFMG
ANEXO III do EDITAL
Referências Temáticas e Bibliográficas - Mestrado e Doutorado**

ESPOSITO, Roberto. Bios: biopolítica e filosofia. Trad. Wander Melo Miranda. Belo Horizonte: UFMG, 2017 (Cap. 1: O enigma da biopolítica, p. 19-58).

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder (1982). In: DREYFUS; H. & RABINOW, P. Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica. Trad. Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995, p.231-249 (Texto disponível também nos Ditos e Escritos).

GROSFOGUEL, Ramón. Descolonizando los universalismos occidentales. In: CASTRO- GÓMEZ, Santiago; GROSFOGUEL, Ramón (orgs.). El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre-Iesco-Pensar, pp. 63-91, 2007.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. Multidão: guerra e democracia na era do império. Rio de Janeiro: Record, 2005. (Parte 2: Multidão, pp. 137-290).

MATOS, Andityas Soares de Moura Costa. Estado de exceção, desobediência civil e desinstituição: por uma leitura democrático-radical do poder constituinte. Revista Direito e Práxis, vol. 7, nº 4, Rio de Janeiro: Universidade Estadual do Rio de Janeiro, p. 43-95, outubro/dezembro de 2016. Disponível em: <https://ufmg.academia.edu/AndityasSoares>

MATOS, Andityas Soares de Moura Costa. Filosofia radical e utopias da inapropriabilidade: uma aposta anárquica na multidão. Belo Horizonte: Fino Traço, 2015.

MBEMBE, Achille. Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. Trad. Renata Santini. São Paulo: n-1 edições, 2018.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EMDIREITO**

**Processo Seletivo 2022 - PPGD/UFMG
ANEXO III do EDITAL
Referências Temáticas e Bibliográficas - Mestrado e Doutorado**

Área de Estudo: H-04 – Direito Internacional Privado, Direito Comparado, Estudos Culturais e Jusfilosóficos

Referências temáticas:

- 1) Universalismo ocidental vs. relativismo cultural: dimensões políticas, normativas e jusfilosóficas
- 2) Cosmopolitismo entre pós-positivismo e pós-democracia: hermenêutica conjuntural global
- 3) Contextos identitários e conflito de culturas na globalização do Direito.
- 4) Sistemas jurídicos contemporâneos e diversidade jurídica: visões analíticas e críticas
- 5) Estudos culturais, comparados e filosóficos como aportes críticos ao sistema jurídico global
- 6) Sistemas jurídicos sustentáveis e Agenda 2030 das Nações Unidas
- 7) Filosofia da hospitalidade, direito fraterno e diversidade cultural
- 8) Discriminação, antirracismo e sistemas jurídicos reativos: releituras globais e o intercâmbio entre modelos
- 9) Direitos sexuais e LGBTQs nas intersecções críticas do direito internacional privado
- 10) Temas da globalidade e direito internacional privado: migrações, anticorrupção, direitos humanos e tecnologias

Referências bibliográficas

BAKER, Gideon. Politicising ethics in international relations: cosmopolitanism as hospitality. London: Routledge, 2011.

BAUMAN, Zygmunt. Globalização: As consequências humanas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999; idem, Identidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

BENHABIB, Seyla et al. The rights of others: Aliens, residents, and citizens. Cambridge: Cambridge University Press, 2004

BROCHADO, Mariah. Pós-Democracia e neojudicatura: entre a nova razão do mundo e o combate à corrupção no Brasil. In: BROCHADO, Mariah; PORTO, Lucas Magno O.; SARKIS, Jamilla Monteiro; AMORIM, Rafael Amorim de (org.). Olhar distanciado sobre o combate à corrupção: o caso Lava Jato entre direito e política. Curitiba: CRV, 2020

BROCHADO, Mariah. Teoria geral da política. In: Filosofia do direito e formação humanística. BROCHADO, Mariah et all. Curitiba: Editora CRV, 2016.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO**

**Processo Seletivo 2022 - PPGD/UFMG
ANEXO III do EDITAL
Referências Temáticas e Bibliográficas - Mestrado e Doutorado**

COLIN, Crouch. Postdemocracia. Roma: Editori Laterza, 2012.

CORCODEL, Veronica. Modern law and otherness: the dynamics of inclusion and exclusion in comparative legal thought. Edward Elgar, 2019.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. A nova razão do mundo. Boitempo Editorial, 2017.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. Comum: ensaio sobre a revolução no século XXI. Boitempo Editorial, 2017.

DELMAS-MARTY, Mireille. Le Relatif et l'Universel: les forces imaginaires du droit. Paris: Seuil, 2004; idem, Le pluralisme ordonné. Paris: Seuil, 2006 (Trad. Inglês: Ordering pluralism: a conceptual framework for understanding the transnational legal world. Oxford, London: Hart, 2009). Bibliografia completa em: <<https://www.college-de-france.fr/site/en-mireille-delmas-marty/index.htm>>

DERRIDA, Jacques. Anne Dufourmantelle convida Jacques Derrida a falar da hospitalidade. Trad. Antonio Romane. São Paulo: Escuta, 2003; idem, Politiques de L'Amitié. Paris: Galilée, 1995.

FRIEDRICH, Tatyana S, TREVISAN, N M. Uma necessária readaptação do reconhecimento dos direitos humanos: por uma emancipação do ser humano pela sua igual dignidade e diferença cultural. Inter: Revista de direito internacional e direitos humanos da UFRJ, vol. 2, p. 1-22, 2019.

FRIEDRICH, Tatyana S; PASSOS, A. Quanto mais o tempo passa, mais eu me sinto estrangeira?: direitos, subjetividades e corpos silenciados pelo processo migratório em ?Terra Estrangeira?. In: MELO, Ezilda; SERAU, Marcos (Org.). Direito e Cinema Brasileiro. 1ed. Lisboa: Editora - Lisbon International Press, 2020, v. 1, p. 480-491.

ISAILOVIC, Ivana. Same Sex but Not the Same: Same-Sex Marriage in the United States and France and the Universalist Narrative. In: The American Journal of Comparative Law, v. 66, n. 2, p. 267-315, 2018.

JAYME, Erik. Identité culturelle et intégration: le droit international privé postmoderne. Cours général de droit international privé. In: Recueil des cours, vol 251 (1995), p.9-267.

JULLIEN, François. O diálogo entre as culturas: do universal ao multiculturalismo. Trad. André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

KANT, Immanuel. Ideas para una historia universal en clave cosmopolita y otros escritos sobre filosofia de la historia. (Ideen Zur Einer Allgemeinen Geschichte in Weltbürgerlicher Absicht). Trad. Concha R. Panadero e Roberto R. Aramayo. 2ª ed. Madrid: Tecnos, 1994.

LEGRAND, Pierre. Le Droit Comparé. Paris: Puff, 2009; idem, Paradoxically, Derrida: For a Comparative Legal Studies. In: Cardozo Law Review, vol.27, 2005. p-631-53; idem, How to compare now, in Legal Studies vol.16, n. 2, 1996, p.232-242.

LOSANO, Mario G. Os Grandes Sistemas Jurídicos. Trad. Marcela Varejão. São Paulo: Martins Fontes, 2007.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO**

**Processo Seletivo 2022 - PPGD/UFMG
ANEXO III do EDITAL
Referências Temáticas e Bibliográficas - Mestrado e Doutorado**

MAYOS, Gonçál et all (ed.). Interrelación filosófico-jurídica multinivel: estudios desde la interconstitucionalidad, la interculturalidad y la interdisciplinariedad para un mundo global. Linkgua digital, 2016. Bibliografia completa em: http://www.ub.edu/histofilosofia/gmayos_old/0index.htm

MICHAELS, Ralf, After the Backlash: A New PRIDE for Transnational Law. In: ZUMBANSEN, Peer (Ed.). The Many Lives of Transnational Law: Critical Engagements with Jessup's Bold Proposal. Cambridge University Press, 2020/ DukeLaw School Public Law & Legal Theory Series No. 2019-26. Disponível: <<https://ssrn.com/abstract=3370926>>

MICHAELS, Ralf, Private International Law and the Question of Universal Values. In: FERRARI, Franco & FERNANDÉZ ARROYO Diego P. (orgs) The Continuing Relevance of Private International Law, 2019; Duke Law School Public Law & Legal Theory Series No. 2019-35. Available at SSRN: <<https://ssrn.com/abstract=3384877>>

MILLS, Alex. The Private History of International Law. In: International and Comparative Law Quarterly, vol. 55, n 1, 2006, p. 1-50.

MUIR WATT, Horatia. Legal encounters with alterity in post-monist mode. In: FABRA-ZAMORA, Jorge (ed) Jurisprudence in a Globalized World. Edward Elgar Publishing, 2020.

MUIR-WATT, Horatia. Discours sur les méthodes du droit international privé (des formes juridiques de l'inter-altérité). Brill/Nijhoff, 2019.

MUIR-WATT, Horatia. Hospitality, Tolerance, and Exclusion in Legal Form: Private International Law and the Politics of Difference. In: Current Legal Problems, Vol. 70, n.1, p. 111–147, 2017.

MUIR-WATT, Horatia. La fonction subversive du droit comparé. In: Revue internationale de droit comparé, vol.52, n.3, p. 503-527, 2000,

POLIDO, Fabrício B.P; TRIVELLATO, Márcia, DUARTE, Fernanda A. Operação Lava Jato e suas ramificações transnacionais: diálogos com direitos humanos, cooperação internacional e novas tecnologias. In: BROCHADO, Mariah; PORTO, Lucas Magno Oliveira; SARKIS, Jamilla Monteiro; AMORIM, Rafael Amorim de (org.). Olhar distanciado sobre o combate à corrupção: o caso Lava Jato entre direito e política. Curitiba: CRV, 2020.

POLIDO, Fabrício B.P. Comentários aos Arts. 24-30. In: FRIEDRICH, Tatyana Scheila; SOUZA, Isabella Louise Traub Soares de; CRUZ, Tais Vella (org.). Comentários à lei 13.445/2017. A Lei de Migração. Porto Alegre: Fi, 2020.

POLIDO, Fabrício; LOPES, Inez. Private International Law and the outbreak of Covid-19: Some initial thoughts and lessons to face in daily life. In: Conflict of Laws. May 2020. Disponível: <<https://conflictoflaws.net/2020/webinar-report-private-international-law-and-the-outbreak-of-covid-19-some-initial-thoughts-and-lessons-to-face-in-daily-life/>>

POLIDO, Fabrício; RAMOS, Marcelo (ed.). O Direito Chinês Contemporâneo. 1.ed. Lisboa/São Paulo: Almedina, 2015.

RAJAGOPAL, Balakrishnan. International law from below: Development, social movements and third



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EMDIREITO**

**Processo Seletivo 2022 - PPGD/UFMG
ANEXO III do EDITAL
Referências Temáticas e Bibliográficas - Mestrado e Doutorado**

world resistance. Cambridge University Press, 2003.

RILES, Annelise (ed). Rethinking the masters of comparative law. Oxford/Cheltenham: Hart, 2001.

RODOTÀ, Stefano. Il diritto di avere diritti. Gius. Laterza & Figli Spa, 2012.

RODOTÀ, Stefano. Solidarietà: un'utopia necessaria. Gius. Laterza & Figli Spa, 2016.

SOUSA SANTOS, Boaventura; RODRÍGUEZ-GARAVITO, César A. (ed.). Law and globalization from below: Towards a cosmopolitan legality. Cambridge University Press, 2005. Disponível: <http://www.boaventuradesousasantos.pt/documentos/law_and_globalization_from_below.pdf>

WALLERSTEIN, Immanuel. O universalismo europeu: a retórica do poder. Trad. Beatriz Medina. São Paulo: Boitempo, 2007.

WHYTOC, Christopher A., The Concept of a Global Legal System. In: The Many Lives of Transnational Law: Critical Engagements with Jessup's Bold Proposal. Cambridge: Cambridge University Press, forthcoming 2019); idem. Toward a New Dialogue Between Conflict of Laws and International Law. AJIL Unbound, vol. 110, p. 150-154, 2016.

Fontes de pesquisa na internet:

<http://www.periodicos.capes.gov.br/>, www.academia.edu; www.researchgate.net;
<https://halshs.archives-ouvertes.fr/>; www.ssrn.com; <https://scielo.org/>;
<https://www.cairn.info/>; <http://www.persee.fr/>, <http://ppl.nl/>, <https://digitalcommons.law.yale.edu/>;
; <http://plato.stanford.edu/>; https://guides.library.cornell.edu/Foreign_and_International_Law_Guide



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO**

**Processo Seletivo 2022 - PPGD/UFMG
ANEXO III do EDITAL
Referências Temáticas e Bibliográficas - Mestrado e Doutorado**

Área de Estudo: H-06 – Direito do Trabalho e Crítica

Referências temáticas

- 1) Relações de trabalho, relação de emprego e a expansão da precariedade
- 2) A subordinação jurídica em disputa
- 3) Terceirização, modelos de desconcentração produtiva e (ir)responsabilidade trabalhista
- 4) Novas tecnologias e as transformações do poder empregatício
- 5) Reformas trabalhistas, neoliberalismo e austeridade
- 6) Trabalho doméstico, reprodutivo e de cuidado
- 7) Trabalho escravo contemporâneo: desenhos conceituais e desafios
- 8) A liberdade sindical em um mundo antissindical
- 9) A negociação coletiva e greve em seus fundamentos e novas fronteiras
- 10) Desafios contemporâneos para o Direito Internacional do Trabalho

Referências bibliográficas

ACCIARI, Louisa, PINTO, Tatiane. Praticando a equidade: estratégias de efetivação de direitos no trabalho doméstico. Estudos Avançados, 34(98), 2020, p. 73-90.

ANDRADE, Everaldo Gaspar Lopes de, LIRA, Fernanda Barreto. O diálogo do direito do trabalho com a teoria organizacional: a crítica do trabalho subordinado na crítica filosófica da modernidade. Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, v. 76, p. 213-228, 2020.

ARTUR, Karen, GRILLO, Sayonara. Terceirização e arenas de reconfiguração do Direito do Trabalho no Brasil. Revista Estudos Institucionais, v. 6, p. 1184-1213, 2020.

BARRETTO GHIONE, Hugo. La determinación de la relación de trabajo en la recomendación 198 y el fin del discurso único de la subordinación jurídica. Revista Direito UNIFACS, núm. 129, 2011.

BARBATO, Maria Rosaria, VIANA, Marcio Túlio. Casas, ruas e vírus: possíveis tendências do Direito do Trabalho na era pós pandemia. Revista de Direito Brasileira, v. 26, n. 10, p. 311-324, ago. 2020.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

Processo Seletivo 2022 - PPGD/UFMG
ANEXO III do EDITAL
Referências Temáticas e Bibliográficas - Mestrado e Doutorado

BATISTA, Flávio Roberto. A proteção contra atos antissindicais à luz da liberdade sindical: introdução a uma contextualização político-jurídica. Revista da Faculdade de Direito da USP, v.109, p. 441, 2014.

COUTINHO, Aldacy Rachid. Retrocesso social em tempos de crise ou haverá esperança para o Direito do Trabalho? Uma análise da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. Revista do Tribunal Superior do Trabalho, v. 83, p. 17-58, 2017.

DELGADO, Mauricio Godinho, DELGADO, Gabriela Neves. A OIT e sua missão de justiça social. Pensamento Jurídico, v. 13, p. 424-448, 2019.

DUTRA, Renata Queiroz, MACHADO, Sidnei (org.). O Supremo e a Reforma trabalhista: a construção jurisprudencial da reforma trabalhista de 2017 pelo Supremo Tribunal Federal. 1. ed. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2021.

FERREIRA, António Casimiro. A sociedade de austeridade: Poder, medo e direito do trabalho de exceção. Revista Crítica de Ciências Sociais, 95, 2011, p. 119-136.

FUDGE, Judy. The future of the standard employment relationship: Labour law, new institutional economics and old power resource theory. Journal of Industrial Relations. 2017;59(3):374-392.

GRILLO, Sayonara Coutinho Leonardo da Silva; GABRICH, Daniele; LIMA, Henrique. Greve e direito: estudo de casos judiciais envolvendo movimentos coletivos de trabalho contra as reformas institucionais de austeridade. Revista Direito das Relações Sociais e Trabalhistas, v. 5, p. 220-254, 2019.

MACHADO, Sidnei. Negociação coletiva no Brasil: entre desarticulação e reinstitucionalização. Teoria Jurídica Contemporânea, 6, 2021.

MIRAGLIA, Livia Mendes Moreira. O trabalho escravo na perspectiva do Tribunal Superior do Trabalho. Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, v. 77, p.125-144, 2020.

NICOLI, Pedro Augusto Gravatá, PEREIRA, Flávia Souza Máximo. Os segredos epistêmicos do direito do trabalho. Revista Brasileira de Políticas Públicas, v. 10, p. 512-536, 2020.

OLIVEIRA, Murilo Carvalho Sampaio, CARELLI, Rodrigo de Lacerda, GRILLO, Sayonara. Conceito e crítica das plataformas digitais de trabalho. Revista Direito e Práxis, dez. 2020, v. 11, n. 4, p. 2609-2634.

OLIVEIRA, Murilo Carvalho Sampaio. Uberização do trabalho, subordinação jurídica e dependência econômica. Revista Acadêmica da Faculdade de Direito do Recife, v. 93, n. 1, p. 152-175, abr. 2021.

SEFERIAN, Gustavo. Sobre o uso da miséria historiográfica e a relevância da investigação histórica na



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EMDIREITO**

**Processo Seletivo 2022 - PPGD/UFMG
ANEXO III do EDITAL
Referências Temáticas e Bibliográficas - Mestrado e Doutorado**

aplicação do Direito do Trabalho. Revista da Faculdade de Direito da UFG, n. 43, 2019.

SOUTO MAIOR, Jorge Luiz, SEVERO, Valdete Souto. Manual da Reforma Trabalhista. São Paulo: Sensus Editora, 2017.

SUPIOT, Alain. El mandato de la OIT al cumplirse su centenario. Revista Internacional del Trabajo, ISSN 0378-5548, v. 139, n. 1, 2020, p. 125-145.

VIANA, Márcio Túlio. Da greve ao boicote: os vários significados e as novas possibilidades das lutas operárias. Revista da Faculdade de Direito da UFMG. Belo Horizonte, n. 50, p. 239-264, jan./jul. 2007.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EMDIREITO**

**Processo Seletivo 2022 - PPGD/UFMG
ANEXO III do EDITAL
Referências Temáticas e Bibliográficas - Mestrado e Doutorado**

Área de Estudo: H-07 – Direito, Tecnociências e Interdisciplinaridade

Referências temáticas

- 1) Pessoa e novas tecnologias
- 2) Pessoa e sistema
- 3) Pessoa, identidade e informação
- 4) Pessoa e melhoramentos morais
- 5) Governamentalidade algorítmica
- 6) Impactos políticos das TICs
- 7) Big data, capitalismo da informação e cultura da vigilância
- 8) Desafios da inteligência artificial
- 9) Neuroética e Neurodireito
- 10) Vieses cognitivos e tomada de decisão no direito

Referências bibliográficas

ALVES, Marco Antônio Sousa Alves. O panoptismo digital: reflexões sobre o poder na sociedade da informação. In: ALVES, Marco Antônio Sousa Alves; NOBRE, Márcio Rimet. A sociedade da informação em questão: o direito, o poder e o sujeito na contemporaneidade. Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2019, p. 47-70.

ALVES, Marco Antônio Sousa Alves. Cidade inteligente e governamentalidade algorítmica: liberdade e controle na era da informação. *Philosophos*, v. 23, n. 2, Goiânia, p. 191-232, 2018.

BRASS, Marcel; FURSTENBERG, Ariel; MELE, Alfred R. Why neuroscience does not disprove free will. *Neuroscience & Biobehavioral Reviews*, 102, p. 251-263, jul. 2019. DOI: 10.1016/j.neubiorev.2019.04.024

BUNGE, Mario. *Emergence and Convergence: Quality Novelty and the Unity of Knowledge*. Toronto: Toronto University Press, 2003. (p. 3-69).

FLORIDI, Luciano. *The Ethics of Information*. Oxford: Oxford University Press, 2013. (Cap. 11: The informational nature of selves, p. 210-227).

INGOLD, Tim. *The Perception of the Environment: Essays on Livelihood, Dwelling and Skill*. Oxford: Routledge, 2000. (Cap. 21, 22 e 23, p. 373-419).



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EMDIREITO**

**Processo Seletivo 2022 - PPGD/UFMG
ANEXO III do EDITAL
Referências Temáticas e Bibliográficas - Mestrado e Doutorado**

KURKI, Visa A. J. A Theory of Legal Personhood. Oxford: Oxford University Press, 2019.

LYON, David. Surveillance Culture: engagement, exposure, and ethics in digital modernity. International Journal of Communication, vol. 11, p. 824-842, 2017.

PIETRZKOWSKI, Thomas & STANCIOLI, Brunello. New Approaches to the Personhood in Law. Frankfurt: Peter Lang, 2016. (p. 7-34; p. 127-146).

ROUVROY, Antoinette; BERNS, Thomas. Governamentalidade algorítmica e perspectivas de emancipação: o dispar como condição de individuação pela relação? Revista Eco Pós, vol. 18, n. 2, p. 35-56, 2015.

SAVULESCU, Julian; PERSSON, Ingmar. Inadequado para o futuro: a necessidade de melhoramentos morais. Tradução de Brunello Stancioli. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2017.

SHAW, Elizabeth; PEREBOOM, Derk; CARUSO, Gregg D. (eds.). Free Will Skepticism in Law and Society: challenging retributive justice. Cambridge University Press, 2019. (cap. 1-5, p. 1-115).

SHEN, Francis X. The Law and Neuroscience Bibliography: Navigating the Emerging Field of Neurolaw. International Journal of Legal Information, 38, p. 352-399, 2010. SSRN: <https://ssrn.com/abstract=2077934>

VERPLAETSE, Jan; SCHRIJVER, Jelle; VANNESTE, Sven; BRAECKMAN, Johan (eds.). The Moral Brain: Essays on the Evolutionary and Neuroscientific Aspects of Morality. Dordrecht: Springer, 2009. (Introduction, p. 1-43).

ZUBOFF, Shoshana. Big other: capitalismo de vigilância e perspectivas para uma civilização de informação. In: BRUNO, Fernanda et al. (orgs). Tecnopolíticas da vigilância: perspectivas da margem. São Paulo: Boitempo, 2018, p. 17-68.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EMDIREITO**

**Processo Seletivo 2022 - PPGD/UFMG
ANEXO III do EDITAL
Referências Temáticas e Bibliográficas - Mestrado e Doutorado**

Área de Estudo: H-08 – Direito Penal, Filosofia do Direito e Interdisciplinaridade

Referências temáticas

- 1) Direito, moral e religião: fundamentos, interseções, distinções;
- 2) Teorias da pena;
- 3) Princípios constitucionais do Direito Penal;
- 4) Democracia e garantismo;
- 5) Imputabilidade;
- 6) Livre-arbítrio, determinismo e (in)exigibilidade de conduta diversa;
- 7) Cultura e natureza humana;
- 8) Ser e dever ser, falácia naturalista;
- 9) Neurociência e crime;
- 10) Psicologia e crime.

Referências bibliográficas

BATISTA, Nilo. Introdução crítica ao Direito Penal brasileiro. 4ª ed. Rio de Janeiro: Revan: 2001. 136p. (§8º a §13º)

FERRAJOLI, Luigi. Direito e razão: teoria do garantismo penal. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002. 768p. (cap. 2, 4 a 8).

GREENE, Joshua. For the law, neuroscience changes nothing and everything. Phil. Trans. Royal Society, London. B (2004) 359, 1775–1785

GREENE, Joshua. From neural ‘is’ to moral ‘ought’: what are the moral implications of neuroscientific moral psychology? Nature Reviews Neuroscience 4, 846-850 (October 2003).

HAIDT, Jonathan. The emotional dog and its rational tail. Psychological Review. 2001. Vol. 108. No. 4, 814-834.

LIBET, Benjamin. Do We Have Free Will? Journal of Consciousness Studies, 6, No. 8-9, 1999, pp. 47-57.

PINKER, Steven. Tábula rasa: a negação contemporânea da natureza humana. Companhia das Letras, 2004. Parte I-IV.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EMDIREITO**

**Processo Seletivo 2022 - PPGD/UFMG
ANEXO III do EDITAL
Referências Temáticas e Bibliográficas - Mestrado e Doutorado**

VIANNA, Túlio. Um outro direito. Fórum. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2014.

VIANNA, Túlio. Transparência pública, opacidade privada: o Direito como instrumento de limitação do poder na sociedade de controle. Rio de Janeiro: Revan, 2007. 232 p.

VIANNA, Túlio; MATTOS, Geovana Tavares de. A inconstitucionalidades da conduta social e personalidade do agente como critérios de fixação da pena.,
in Anuario de Derecho Constitucional Latinoamericano, v. 14, p. 305-323, 2008. (disponível em: <www.tuliovianna.org>).

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. BATISTA, Nilo. ALAGIA, Alejandro. SLOKAR, Alejandro. Direito Penal Brasileiro: primeiro volume Teoria Geral do Direito Penal. Rio de Janeiro: Revan, 2003. (ZAFFARONI: §1 a 7 e §10 a 12)

ZIMBARDO, Philip. O efeito Lúcifer. Record: 2012. Cap. 12 e 13. PEREBOON, Derk. Free will skepticism and criminal punishment. *in* The Future of Punishment, Thomas Nadelhoffer, ed., New York: Oxford University Press, 2013, pp. 49-78.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EMDIREITO**

**Processo Seletivo 2022 - PPGD/UFMG
ANEXO III do EDITAL
Referências Temáticas e Bibliográficas - Mestrado e Doutorado**

Área de Estudo: H-09 – Direito Civil na Interdisciplinaridade

Referências temáticas

- 1) Início e fim da personalidade jurídica.
- 2) Privacidade, imagem e proteção de dados no contexto das novas tecnologias.
- 3) História do Direito Civil brasileiro.
- 4) Metodologia de direito comparado e Direito Civil.
- 5) Direito Civil e o fenômeno negocial: autonomia e proteção confiança.
- 6) Vulnerabilidade de crianças e adolescentes no ambiente digital.
- 7) Vulnerabilidade e pessoas com deficiência: entre autonomia e proteção.
- 8) Ernest Weinrib e a ideia de direito privado.
- 9) Propriedade em Arthur Ripstein.
- 10) O razoável na teoria dos contratos de Peter Benson.

Referências bibliográficas

BENSON, Peter. Justice in Transactions: A Theory of Contract Law. Cambridge/MA: Belknap, 2019, cap. 3.

BIONI, Bruno Ricardo. Proteção de dados pessoais: a função e os limites do consentimento. Rio de Janeiro: Forense, 2019. p. 51-110.

COMMITTEE ON THE RIGHTS OF THE CHILD. General comment No. 25 (2021) on children's rights in relation to the digital environment. Geneva, 2021.

LARA, Mariana Alves. Capacidade civil e deficiência: entre autonomia e proteção. Belo Horizonte: D'Plácido, 2019. p. 21-166.

LUNA, Florencia. La Declaración de la Unesco y la vulnerabilidad: la importancia de la metáfora de las capas. In: CASADO, María (coord.). Sobre la dignidad y los principios: análisis de la Declaración Universal sobre Bioética y Derechos Humanos UNESCO. Madrid: Civitas, 2009, p. 255-266.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EMDIREITO**

**Processo Seletivo 2022 - PPGD/UFMG
ANEXO III do EDITAL
Referências Temáticas e Bibliográficas - Mestrado e Doutorado**

MICHAELS, Ralph. The Functional Method of Comparative Law. In: The Oxford Handbook of Comparative Law. Edited by Mathias Reimann and Reinhard Zimmermann. Oxford: Oxford University Press, 2006. p. 339-382.

PEREIRA, Fabio Queiroz; LARA, Mariana Alves. A situação jurídica do ente por nascer: uma análise crítica em busca de coerência normativa. Revista Brasileira de Direito Civil – RBDCivil, Belo Horizonte, v. 24, n. 2, abr./jun., 2020. p. 17-42.

PEREIRA, Fabio Queiroz. O ressarcimento do dano pré-Contratual: interesse negativo e interesse positivo. São Paulo: Almedina, 2017. p. 95-226.

PEREIRA, Fabio Queiroz; MORAIS, Luísa Cristina de Carvalho; LARA, Mariana Alves (Orgs.). A teoria das incapacidades e o Estatuto da Pessoa com Deficiência. 2. ed. Belo Horizonte: D'Plácido, 2018.

REITZ, John C. How to Do Comparative Law. The American Journal of Comparative Law, Michigan, vol. 46, 1998. p. 617-636.

RIPSTEIN, Arthur. Property and Sovereignty: How to Tell the Difference. Theoretical Inquiries in Law, vol. 18, pp. 243-268 (2017).

ROBERTO, Giordano Bruno Roberto. Introdução a história do direito privado e da codificação. 4. ed. Belo Horizonte: Editora Lafayette, 2020.

STEINBERG, Stacey B. Sharenting: Children's privacy in the age of social media. Emory Law Journal, Florida, v. 66, p. 839-884, 2017.

WEINRIB, Ernest. La idea de derecho privado. Madrid: Marcial Pons, 2017 (capítulo I).

ZUBOFF, Shoshana. Big other: surveillance capitalism and the prospects of an information civilization. Journal of Information Technology, vol. 30, 2015. p. 75-89.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EMDIREITO**

**Processo Seletivo 2022 - PPGD/UFMG
ANEXO III do EDITAL
Referências Temáticas e Bibliográficas - Mestrado e Doutorado**

Área de Estudo: H-10 – Direito Político

Referências temáticas

- 1) A ideia de justiça política: eficácia jurídica do princípio democrático sob a perspectiva do Direito Político e dos direitos políticos
- 2) Participação política como liberdade fundamental: o Estado da Justiça
- 3) Justiça Eleitoral: da legitimação pelo procedimento.
- 4) Partidos Políticos e Sistemas Eleitorais
- 5) Ética e as relações entre Estado, Política e Cidadania sob a perspectiva do Direito Político
- 6) Direito Político: A Educação em Direitos Humanos e sua conexão com a segurança e certeza do Direito
- 7) Participação política e controle constitucional no processo democrático.
- 8) Dos direitos políticos e dogmática eleitoral, sob a égide da CR/88: interações, reforços e distensões.
- 9) Judicialização da política e pós-democracia
- 10) Soberania e ideologia entre cosmopolitismo e hospitalidade.

Referências bibliográficas

ABRANCHES, Sérgio. Presidencialismo de coalizão: raízes e evolução do modelo político brasileiro. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

ALVES, A. D.. Breves considerações sobre as origens da figura do presidente forte presente na Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1891. In: III Congresso Internacional de Direito Constitucional e Filosofia Política, 2018, Curitiba. A desigualdade e a Reconstrução da Democracia Social: Anais do III Congresso Internacional de Direito Constitucional e Filosofia Política., 2017.

ALVES, Adamo Dias. A história do conceito de bonapartismo: uma análise semântica aplicada aos séculos XIX e XX. Belo Horizonte: Conhecimento livraria e distribuidora, 2018

ALVES, Adamo Dias; CATTONI DE OLIVEIRA, Marcelo Andrade; GOMES, David Francisco Lopes. Constitucionalismo e Teoria do Estado: Ensaios de História e Teoria Política. Belo Horizonte: Arraes, 2013.

BARCELOS, J. R. (Org.) ; CAMPOS SILVA, Adriana (Org.) ; PEREIRA, C. (Org.) ; MERINO, A. G. (Org.) ; MAYOS, G. (Org.) ; SANTOS, G. (Org.) ; BERTTONI, I. (Org.) ; RAMOS, M. M. (Org.) ;



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EMDIREITO

Processo Seletivo 2022 - PPGD/UFMG
ANEXO III do EDITAL
Referências Temáticas e Bibliográficas - Mestrado e Doutorado

REPOLES, M. F. S. (Org.) ; ZANITELLI, L. M. (Org.) . Law and vulnerability | Derecho y vulnerabilidad | Direito e vulnerabilidade.. -. ed. , 2016.

BERCOVICI, Gilberto et al. Teoria da Constituição: estudos sobre o lugar da política no direito constitucional. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2003.

BILBENY, Norbert. La identidad cosmopolita: los limites del patriotismo en la era global. Barcelona: Kairós, 2007

BROCHADO, Mariah. Pós-Democracia e neojudicatura: entre a nova razão do mundo e o combate à corrupção no Brasil. In: BROCHADO, Mariah; PORTO, Lucas Magno O.; SARKIS, Jamilla Monteiro; AMORIM, Rafael Amorim de (org.) *Olhar distanciado sobre o combate à corrupção: o caso Lava Jato entre direito e política*. Curitiba: CRV, 2020.

BROCHADO, Mariah. Teoria geral do direito e da política. In: Filosofia do direito e formação humanística para concursos. Curitiba: CRV, 2016

BROCHADO, Mariah. Filosofia do direito e formação humanística para concursos. Curitiba: CRV, 2016.

BROCHADO, Mariah. Hermenêutica pós-positivista e pós-democrática. Belo Horizonte: Escola Superior do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, 2017. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=ydZ3Q8rIK9U&feature=youtu.be>

[CAMPOS SILVA, Adriana](#); SANTOS, P. P. ; Júlia Rocha de Barcelos . Democracia e informação: o voto nulo no Brasil. Revista direitos fundamentais & democracia (UniBrasil), v. 22, p. 257-277, 2017.

[CAMPOS SILVA, Adriana](#); STUDART, Paulo Henrique M. ; Júlia Rocha de Barcelos . Corrupção e Reforma Política. In: Cristiana Fortini. (Org.). Corrupção e seus múltiplos enfoques jurídicos. 1ed.Belo Horizonte: Forum, 2019, v. 1, p. 232-246.

CAMPOS SILVA, Adriana; MORAIS, Ricardo. M. O. . As teorias da soberania: uma análise a partir de Foucault. REVISTA ELETRÔNICA DIREITO E POLÍTICA, v. 12, p. 272-292, 2017.

CAMPOS SILVA, Adriana; [Assis, Christiane Costa](#) . Direito, Interpretação Constitucional e Interpretação Conforme a Constituição. Revista Paradigma, v. 26, p. 153, 2017.

BARCELOS, J. R. (Org.) ; **CAMPOS SILVA, Adriana** (Org.) ; PEREIRA, C. (Org.) ; MERINO, A. G. (Org.) ; MAYOS, G. (Org.) ; SANTOS, G. (Org.) ; BERTTONI, I. (Org.) ; RAMOS, M. M. (Org.) ; REPOLES, M. F. S. (Org.) ; ZANITELLI, L. M. (Org.) . Law and vulnerability | Derecho y vulnerabilidad | Direito e vulnerabilidade.. -. ed. , 2016.

[CATTONI DE OLIVEIRA, M. A.](#). Contribuições para uma Teoria Crítica da Constituição. 1. ed. Belo Horizonte: Arraes, 2017. v. 1. 131p .

COELHO, Vera Schattan P.; NOBRE, Marcos (Orgs.). Participação e deliberação: teoria democrática e experiências institucionais no Brasil contemporâneo. São Paulo: Editora 34, 2004.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EMDIREITO**

**Processo Seletivo 2022 - PPGD/UFMG
ANEXO III do EDITAL
Referências Temáticas e Bibliográficas - Mestrado e Doutorado**

COSTA, Pietro. Soberania, representação, democracia: ensaios de história do pensamento jurídico. Curitiba: Juruá, 2010.

INÁCIO, M. & RENNÓ, L. (orgs.). Legislativo brasileiro em perspectiva comparada. Belo Horizonte: UFMG, 2009.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. A difusão parlamentar do sistema partidário: exposição do caso brasileiro. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2018.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EMDIREITO**

**Processo Seletivo 2022 - PPGD/UFMG
ANEXO III do EDITAL
Referências Temáticas e Bibliográficas - Mestrado e Doutorado**

Área de Estudo: H-11 – Crítica marxista à economia política, ao Direito e ao Estado

Referências temáticas

- 1) Revolução social, bonapartismo e a questão da autonomização do estado
- 2) Mercadoria: valor, valor de uso, valor de troca, fetichismo
- 3) Crítica ao Direito e à igualdade jurídica: a questão do igual padrão de medida
- 4) Acumulação primitiva e colonização
- 5) O fetichismo do capital: rendimento e suas fontes
- 6) Especificidades nacionais e vias revolucionárias
- 7) Ontologia do ser social e trabalho
- 8) Direito do trabalho e luta de classes: entre reforma social e revolução
- 9) Ecosocialismo: crítica da ecologia política, progresso e desenvolvimento
- 10) O velho Marx e a crítica à economia política, ao Direito e ao Estado

Referências bibliográficas

BENSAÏD, Daniel. “Os tormentos da matéria (Contribuição à crítica da ecologia política). In: Marx, o intempestivo. Trad. Luiz Cavalcanti de M. Guerra. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999, p.431-495.

LUKÁCS, György. As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem. In: O Jovem Marx e outros escritos de filosofia. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2007.

LUXEMBURGO, Rosa. „Reforma social ou revolução?“ In: LOUREIRO, Isabel (org.). Textos escolhidos, vol. I, São Paulo: UNESP, 2011, , p.1-88.

MARX, Karl. O 18 Brumário de Luis Bonaparte. Trad. Leandro Konder. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1997.

_____. “A mercadoria“. In: O Capital, Livro I. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 113-158.

MUSTO, Marcelo. O velho Marx. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2018.

_____. “A assim chamada acumulação primitiva“ e “A moderna teoria da colonização“. In: O Capital, Livro I. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 785-844.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO**

**Processo Seletivo 2022 - PPGD/UFMG
ANEXO III do EDITAL
Referências Temáticas e Bibliográficas - Mestrado e Doutorado**

____. „O rendimento e suas fontes“. In: O Capital, Livro III. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2017, p. 877-895.

____. Crítica ao programa de Gotha. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2012.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. A luta de classes na Rússia. Trad. Nélcio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2013.

MUSTO, Marcelo. O velho Marx. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2018, p. 15-58.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EMDIREITO**

**Processo Seletivo 2022 - PPGD/UFMG
ANEXO III do EDITAL
Referências Temáticas e Bibliográficas - Mestrado e Doutorado**

Área de Estudo: H-12 – Constitutionalism, Jurisprudence and Comparativism

Referências temáticas

- 1) The rule of law and how it should work.
- 2) Democratic commitments and the legitimacy of normative social practices.
- 3) Human rights, justice, and democracy: tensions and mutual reinforcement.
- 4) Democratic and constitutional erosion; democratic decay; authoritarian backsliding.
- 5) Constitutionalism and its conceptions: from global north to global south.
- 6) Comparative constitutional review
- 7) Understanding illiberalism as an economic, political, and legal concept or theory
- 8) The role of exclusion and inclusion in shaping constitutional identity, national identity and social reality
- 9) Law-making processes and theories of democracy
- 10) Constitutional courts, civil society and social movements. Constitutionalism out of the courts.
- 11) Civil-Military relationship, militarization and democracy
- 12) Neoliberalism, anti-gender and anti-human rights politics: impacts on democracy and fundamental rights
- 13) Surveillance capitalism, constitutionalism and democratic erosion

Referências bibliográficas

BROWN, Wendy. In the ruins of neoliberalism: the rise of antidemocratic politics in the West. New York: Columbia University Press, 2019, Introduction, chapters 1, 4 and 5.

BUSTAMANTE, Thomas. MEYER, Emílio Peluso Neder. Legislative resistance to illiberalism in a system of coalitional presidentialism: will it work in Brazil?, The Theory and Practice of Legislation, 2021, DOI: 10.1080/20508840.2021.1942370.

DIAMINT, Rut. A New Militarism in Latin America. Journal of Democracy, v. 26, n. 4, 2015, pp. 155-



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO**

**Processo Seletivo 2022 - PPGD/UFMG
ANEXO III do EDITAL
Referências Temáticas e Bibliográficas - Mestrado e Doutorado**

168.

DRINÓCZI, Tímea, BIEN-KACALA, Agnieszka, Illiberal constitutionalism – the case of Hungary and Poland. German Law Journal (2019) Volume 20, December 2019 , pp. 1140-1166.

DRINÓCZI, Tímea, Concept of quality in legislation – revisited: matter of perspective and a general overview. 3 Statute Law Review 2015, 36: 211-227.

DRINÓCZI, Tímea: Constitutional identity in Europe: the identity of the constitution. A regional approach. 2 German Law Journal (2020, Vol 21) 105-130.

DWORKIN, Ronald. Freedom's Law. Cambridge, Mass, 1996.

GINSBURG, Tom. HUQ, Aziz. How to Save a Constitutional Democracy. Chicago: Chicago University Press, 2018.

GOMES, Juliana Cesario Alvim; MENDES, Corina Figueira. Confidentiality and Treatment Refusal: Conservative Shifts on Reproductive Rights by Brazilian Medical Boards. International Journal of Gynecology and Obstetrics, 152.3, March 2021, pp. 459–464.

LAURELLE, Marlene, Illiberalism: A Conceptual Introduction, <https://www.illiberalism.org/illiberalism-conceptual-introduction/>

MEYER, Emílio Peluso Neder. Judges and Courts Destabilizing Constitutionalism: The Brazilian Judiciary Branch's Political and Authoritarian Character. German Law Journal, v. 19, p. 727-768, 2018.

POLIDO, Fabrício Bertini Pasquot. MEYER, Emilio Peluso Neder. TRIVELLATO, Márcia Carolina Santos (org.). Direito, democracia e internet. Belo Horizonte: Initia Via, 2021.

POSTEMA, Gerald J., Constitutional Norms--Erosion, Sabotage and Response (June 4, 2021). Ratio Juris (forthcoming 2021), Available at SSRN: <https://ssrn.com/abstract=3860397>.

RALWS, John. Political Liberalism (Expanded Edition). Cambridge, Mass: Harvard University Press, 2005.

WALDRON, Jeremy, The Rule of Law, The Stanford Encyclopedia of Philosophy (Summer 2020 Edition), Edward N. Zalta (ed.), URL = <https://plato.stanford.edu/archives/sum2020/entries/rule-of-law/>.

ZUBOFF, Shoshana. The Age of Surveillance Capitalism. New York: Public Affairs, 2019. Capítulos 12 e 13.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EMDIREITO**

**Processo Seletivo 2022 - PPGD/UFMG
ANEXO III do EDITAL
Referências Temáticas e Bibliográficas - Mestrado e Doutorado**

Área de Estudo: H-13 – Gênero, Sexualidade e Direito

Referências temáticas

- 1) Saberes Subalternos, Colonialidade e a Crítica do Direito
- 2) Métodos Feministas para o Direito
- 3) O Gênero do Direito: as dimensões jurídicas do poder masculino
- 4) Críticas do Feminismo Negro ao Direito
- 5) Críticas Queer ao Direito
- 6) A Produção Jurídica da Sexualidade
- 7) Os Paradoxos da Inclusão Jurídica de Mulheres e Pessoas LGBTQI+
- 8) Direito Cis, Vidas Trans: questões jurídicas de pessoas trans e travestis
- 9) Fundamentos Jurídicos da Reprodução Social: trabalho doméstico e de cuidado
- 10) Parentesco, Famílias e Maternidades em Disputa

Referências bibliográficas

REPOLÊS, Maria Fernanda Salcedo. Giro espacial, decolonial, feminista e antirracista do direito. In: 1988-2018: O que Constituímos? Homenagem a Menelick de Carvalho Netto nos 30 anos da Constituição de 1988. Belo Horizonte: Conhecimento, 2019.

LUGONES, María. Colonialidade e Gênero. Tabula Rasa [online]. 2008, n.9, pp.73-102.

SEGATO, Rita Laura. Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. Epistemologias feministas: ao encontro da crítica radical. E-cadernos CES, n.18, São Paulo, 2015, p. 106-131.

ANZALDÚA, Gloria. La consciéncia de la mestiza / rumbo a uma nova consciéncia. Revista Estudos Feministas, v. 13, n.3, Florianópolis Sept/Dec 2005.

HARAWAY, Donna. SABERES LOCALIZADOS: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. cadernos pagu (5) 1995: pp. 07-41.

BARTLETT, Katharine. Feminist Legal Methods. Harvard Law Review, Vol. 103, N. 04, pp. 829-888, 1990.

MACKINNON, Catharine A. Feminismo, Marxismo, Método e o Estado: uma agenda para. Teoria. Direito e Práxis, Rio de Janeiro, v. 7, n. 3, p. 798-837, 2016.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EMDIREITO**

**Processo Seletivo 2022 - PPGD/UFMG
ANEXO III do EDITAL
Referências Temáticas e Bibliográficas - Mestrado e Doutorado**

SMART, Carol. A Mulher do Discurso Jurídico. Trad. Alessandra Harden e Fernanda Garcia. Rev. Direito & Praxis, Rio de Janeiro, Vol. 11, n. 02, 2020, p. 1418-1439.

HARRIS, Angela P. Raça e essencialismo na Teoria Feminista do Direito. Revista Brasileira de Políticas Públicas, v. 10, n. 2, 2020.

CRENSHAW, Kimberlé. Mapping the margins: intersectionality, identity, politics, and violence against women of color. Stanford Law Review, vol. 43, n.5, pp. 1241-1299, 1991.

COLLINS, Patricia Hill. Em direção a uma nova visão: raça, classe e gênero como categorias de análise e conexão. In: MORENO, Renata (org.). Reflexões e práticas de transformação feminista. São Paulo: Sempreviva Organização Feminista, 2015.

GARCÍA LÓPEZ, Daniel J. ¿Teoría Jurídica Queer? Materiales para una Lectura Queer del Derecho. AFD, XXXII, pp. 323-348, 2016.

RAMOS, Marcelo Maciel. Teorias Feministas e Teoria Queer do Direito: Gênero e Sexualidade como categorias Úteis para Crítica Jurídica. Direito & Praxis, Rio de Janeiro, Ahead of print, 2020.

LOURO, Guacira Lopes. Teoria Queer. Uma política pós-identitária para a educação. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 541-553, 2001.

RUBIN, Gayle. Políticas do Sexo. Pensando o sexo. Trad. Jamille Pinheiro Dias. UBU, 2017. [Cap. 2. Notas para uma teoria radical da política da sexualidade, p. 63-128].

FOUCAULT, Michel. História da Sexualidade I. A Vontade de Saber. 2 ed. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1999. [IV. O Dispositivo da Sexualidade; V. Direito de morte e poder sobre a vida, p. 88-149].

GOMES, Juliana Cesario Alvim, FABRIS, Ligia. Paradoxos do Direito à Igualdade: Discriminação, Diferença e Identidade sob uma Perspectiva Crítica. Revista de Direito Público. v. 18, n. 92, 2021.

BROWN, Wendy. Sofrendo de Direitos Como Paradoxos. Direito Público, [S.l.], v. 18, n. 97, abr. 2021.

SPADE, Dean. Normal Life. Administrative Violence, Critical Trans Politics, and the Limits of Law. Durham/London: Duke University Press, 2015. [Cap. 1 Trans law and politics on a neoliberal landscape; Cap. 2 What's wrong with rights?; Cap. 3. Rethinking transphobia and power – beyond rights framework, p. 21-72].

FEDERICI, Silvia. O Ponto Zero da Revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. São Paulo: Elefante, 2018. [Cap. 1 Teorizando e politizando o trabalho doméstico, p. 37-130].

NICOLI, Pedro Augusto Gravatá, PEREIRA, Flávia Souza Máximo. Os segredos epistêmicos do direito do trabalho. Revista Brasileira de Políticas Públicas, v. 10, p. 512-536, 2020.

BUTLER, Judith. O parentesco é sempre tido como heterossexual? Cad. Pagu, Campinas, n. 21, 2003.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO**

**Processo Seletivo 2022 - PPGD/UFMG
ANEXO III do EDITAL
Referências Temáticas e Bibliográficas - Mestrado e Doutorado**

**LINHA DE PESQUISA 4
ESTADO, RAZÃO E HISTÓRIA**

Área de Estudo: E-01 – Teoria da Justiça

Referências temáticas

- 1) Direito e valor.
- 2) Direito e coerção.
- 3) Direito e liberdade.
- 4) Direitos fundamentais.
- 5) Teoria da justiça no pensamento antigo e sua atualidade: a reflexão grega e as instituições romanas.
- 6) Direito e tolerância.
- 7) O problema da justiça no Idealismo Alemão.
- 8) Evolução ética do Estado de Direito.
- 9) Fundamentos filosóficos da hermenêutica jurídica.
- 10) O desenvolvimento do Liberalismo no século XX: limites e impactos para a Teoria da Justiça.

Referências bibliográficas

BOBBIO, Norberto. O positivismo jurídico; lições de filosofia do direito. Trad. Márcio Pugliesi, Edson Bini e Carlos E. Rodrigues. São Paulo: Ícone, 1995.

FARALLI, Carla. A filosofia contemporânea do direito: temas e desafios. Tradução de Candice Premaor Gullo. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

FORST, Rainer. Contextos da Justiça. São Paulo: Boitempo, 2010.

GADAMER, Verdade e Método. Petrópolis: Vozes, 2015

GARGARELLA, Roberto. As teorias da justiça depois de Rawls: Um breve manual de Filosofia Política. São Paulo: 2008.

MATAMACHADO, Edgar de Godoi da. Direito e Coerção. São Paulo: Unimarco, 1999



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO**

**Processo Seletivo 2022 - PPGD/UFMG
ANEXO III do EDITAL
Referências Temáticas e Bibliográficas - Mestrado e Doutorado**

SALGADO, Joaquim Carlos. A Idéia de justiça em Kant: seu fundamento na Liberdade e na igualdade. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1995.

SALGADO, Joaquim Carlos. A idéia de justiça em Hegel. São Paulo: Loyola, 1996.

SALGADO, Joaquim Carlos. A idéia de justiça no mundo contemporâneo: fundamentação e aplicação do Direito como o Maximum Ético. Belo Horizonte: Del Rey, 2007.

VAZ, Henrique Cláudio de Lima. Escritos de Filosofia II: Ética e Cultura. São Paulo, Loyola, 1988.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EMDIREITO**

**Processo Seletivo 2022 - PPGD/UFMG
ANEXO III do EDITAL
Referências Temáticas e Bibliográficas - Mestrado e Doutorado**

Área de Estudo: E-02 – Filosofia do Estado e Cultura Jurídica

Referências temáticas

- 1) Cultura política grega.
- 2) História das instituições políticas romanas.
- 3) O Direito como fundamento do poder político e do poder religioso no Medievo.
- 4) Representação versus Razão: o homem, o justo e a Filosofia Medieval.
- 5) Modernidade, entre Ilustração e Romantismo.
- 6) Política e História em Kant.
- 7) Hegel: dialética, historicidade e racionalidade.
- 8) Direito, coerção e liberdade.
- 9) Razão e destino do Estado de Direito.
- 10) Dignidade humana, entre o ocidental e o universal.

Referências bibliográficas

- COSTA, Pietro. Civitas: Storia della cittadinanza in Europa. 4 v. Roma: Laterza, 1999-2002.
- COSTA, Pietro, ZOLO, Danilo (orgs.). O Estado de Direito; história, teoria, crítica. Trad. Carlo Alberto Dastoli. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- DUQUE, Félix. Historia de la Filosofía Moderna; la era de la crítica. 2. ed. Madrid: Akal, 1998.
- HEGEL, G.W.F. Filosofia da História. Trad. Maria Rodrigues e Hans Harden. 2. ed. Brasília: EdUnB, 1999.
- HORTA, José Luiz Borges. História do Estado de Direito. São Paulo: Alameda, 2011.
- HORTA, José Luiz Borges; SALGADO, Karine. História, Estado e Idealismo Alemão. Belo Horizonte, EdUFMG, 2017.
- MATA MACHADO, Edgar de Godói da. Direito e Coerção. 2. ed. São Paulo: Unimarco, 1999.
- MAYOS, Gonçal. Macrofilosofía de la Modernidad. Sevilla: dLibro, 2012.
- REALE, Miguel. Teoria do Direito e do Estado. 5.ed. São Paulo: Saraiva, 2000



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO**

**Processo Seletivo 2022 - PPGD/UFMG
ANEXO III do EDITAL
Referências Temáticas e Bibliográficas - Mestrado e Doutorado**

SALGADO, Joaquim Carlos. A Idéia de Justiça em Hegel. São Paulo: Loyola, 1996.

SALGADO, Joaquim Carlos. A Ideia de Justiça em Kant; seu fundamento na liberdade e na igualdade. 3. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2012.

SALGADO, Joaquim Carlos. A Idéia de Justiça no Período Clássico; ou Da Metafísica do Objeto: a Igualdade. Belo Horizonte: Del Rey, 2018.

SALGADO, Joaquim Carlos; HORTA, José Luiz Borges (Orgs.). Hegel, Liberdade e Estado. Belo Horizonte: Fórum, 2010.

SALGADO, Karine. A Filosofia da Dignidade Humana. 2 v. V. I: a contribuição do alto medievo. 1. ed. V. II: porque a essência não chegou ao conceito. 2. ed. Belo Horizonte: Mandamentos, 2009-11.

SALGADO, Karine. A Paz Perpétua de Kant. Belo Horizonte: Mandamentos, 2008.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

Processo Seletivo 2022 - PPGD/UFMG
ANEXO III do EDITAL
Referências Temáticas e Bibliográficas - Mestrado e Doutorado

Área de Estudo: E-04 – História da Cultura Jurídica

Referências temáticas

- 1) Escrita da história do direito: fontes e desafios da linguagem jurídica.
- 2) Escrita da história do direito: evolucionismo, continuidade, descontinuidade.
- 3) Escrita da história do direito: perspectivas transnacionais.
- 4) Direito penal e cultura jurídica na modernidade.
- 5) Experiência jurídica e política na Idade Média.
- 6) Limites ao poder político, soberania e direito no “Antigo Regime”.
- 7) Legalidade, Estado e cultura jurídica na modernidade.

Referências bibliográficas

DAL RI JÚNIOR, Arno; SONTAG, Ricardo (org.). História do direito penal entre medievo e modernidade. Belo Horizonte: Del Rey, 2011.

COHEN, Deborah; O’CONNOR, Maura. Comparative History, Cross-National History, Transnational History - Definitions. In: _____ (eds.). Comparison and History. Europe in crossnational perspective. London: Routledge, 2004. p. ix-xxiv.
https://books.google.com.br/books?id=nmFeJXxQ9dsC&pg=PR5&hl=it&source=gbs_%20selected_pages&cad=3#v=onepage&q&f=false

COSTA, Pietro. Soberania, representação e democracia: Ensaios de história do direito. Curitiba: Juruá, 2010.

COSTA, Pietro. Os “senhores da lei”. Lei, interpretação e liberdade no iluminismo jurídico. Revista da Faculdade de Direito da UFMG, n. 69, ago/dez 2016. Disponível em: <https://www.direito.ufmg.br/revista/index.php/revista/article/view/1809>

COSTA, Pietro. O Estado de Direito: uma introdução histórica. In: COSTA, Pietro; ZOLO, Danilo (orgs.). O Estado de Direito. História, teoria, crítica. Tradução de Carlo Alberto Dastoli. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

DUVE, Thomas. História do direito europeu – perspectivas globais. Revista da Faculdade de Direito UFPR, vol. 60, n. 3, 2015. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/direito/article/view/43981>

FIORAVANTI, Maurizio (a cura di). Lo Stato moderno in Europa: istituzioni e diritto. Roma-Bari: Laterza, 2002. Tradução espanhola: FIORAVANTI, Maurizio (ed.). El Estado moderno en Europa. Madrid: Trotta, 2004. Tradução para o português do capítulo “Giustizia criminale”: SBRICCOLI,



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO**

**Processo Seletivo 2022 - PPGD/UFMG
ANEXO III do EDITAL
Referências Temáticas e Bibliográficas - Mestrado e Doutorado**

Mario. Justiça Criminal. Discursos Sediciosos, n. 17/18, 2011. p. 459-486

FOLJANTY, Lena. Legal transfers as process of cultural translation: on the consequences of a metaphor. Max Planck Institute for European Legal History Research Paper Series, n. 2015-09. Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2682465

FONSECA, Ricardo M.; SEELAENDER, Airton L. C. L. (orgs.). História do direito em perspectiva: do Antigo Regime à Modernidade. Curitiba: Juruá, 2008.

FONSECA, Ricardo M. (org.). As Formas do Direito: Ordem, Razão e Decisão (experiências jurídicas antes e depois da modernidade). Curitiba: Juruá, 2013.

GROSSI, Paolo. A ordem jurídica medieval. Tradução de Denise Rossato Agostinetti. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

GROSSI, Paolo. L'Europa del diritto. Roma-Bari: Laterza, 2007. Traduções: GROSSI, Paolo. Europa y el derecho. Traducción de L. Giuliani. Barcelona: Critica, 2007.; GROSSI, Paolo. A History of European Law. Translated by Laurence Hooper. Oxford: Blackwell, 2010.; GROSSI, Paolo. L'Europe du droit. Traduit par Sylvie Taussig. Paris: Seuil, 2011.

GROSSI, Paolo. O direito entre poder e ordenamento. Tradução de Arno Dal Ri Júnior. Belo Horizonte: Del Rey, 2010.

GROSSI, Paolo. Mitologias jurídicas da modernidade. 2ª ed. Tradução de Arno Dal Ri Júnior. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2007.

GROSSI, Paolo (a cura di). Storia sociale e dimensione giuridica. Milano: Giuffrè, 1986. Disponível em: <http://www.centropgm.unifi.it/biblioteca/022/index.htm> Tradução para o português do capítulo “Storia sociale e dimensione giuridica”: GROSSI, Paolo. História social e dimensão jurídica. In: GROSSI, Paolo. O direito entre poder e ordenamento. Tradução de Arno Dal Ri Júnior. Belo Horizonte: Del Rey, 2010. Tradução para o português do capítulo “Storia del diritto e storia della società”: SBRICCOLI, Mario. História do direito e história da sociedade – questões de método e problemas de pesquisa. Sequência (Florianópolis), n. 82, ago. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/seq/n82/2177-7055-seq-82-288.pdf>

LACCHÈ, Luigi. Sobre a Comparative Legal History e arredores. Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Direito PPGDir./UFRGS, vol. 14, n.1, 2019. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/ppgdir/article/view/100977>

HESPANHA, António Manuel. Às vésperas do Leviathan: instituições e poder político em Portugal – séc. XVII. Coimbra: Almedina, 1994.

HESPANHA, António Manuel. Cultura jurídica europeia: síntese de um milénio. Coimbra: Almedina, 2012.

HESPANHA, António Manuel (org.). Justiça e litigiosidade: história e prospectiva. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1993.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EMDIREITO**

**Processo Seletivo 2022 - PPGD/UFMG
ANEXO III do EDITAL
Referências Temáticas e Bibliográficas - Mestrado e Doutorado**

PIHLAJAMÄKI, Heikki. Comparative contexts in legal history: are we all comparatists now? Sequência (Florianópolis), n. 70, jan-jun 2015. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2177-70552015000100057

PROST, Antoine. Doze lições sobre a história. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

SONTAG, Ricardo. A escola positiva italiana no Brasil entre o final do século XIX e início do século XX: a problemática questão da “influência”. In: MECCARELLI, Massimo; PALCHETTI, Paolo (ed.). Derecho en movimiento: personas, derechos y el derecho en la dinamica global. Madrid: Universidad Carlos III de Madrid, 2015. Disponível em: <https://e-archivo.uc3m.es/handle/10016/20251#preview>

VEYNE, Paul. Como se escreve a história. Brasília: EdUnB, 2014.

Obs.: é muito desejável o conhecimento de textos clássicos/fontes de época sobre os pontos indicados.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO**

**Processo Seletivo 2022 - PPGD/UFMG
ANEXO III do EDITAL
Referências Temáticas e Bibliográficas - Mestrado e Doutorado**

Área de Estudo: E-05 – Fundamentos de Direito Internacional

Referências temáticas

- 1) Estrutura e funções do Ordenamento Internacional: dimensão teórica e histórica.
- 2) Fontes do Direito Internacional.
- 3) O Costume e a Codificação do Direito Internacional.
- 4) O uso da força no ordenamento internacional: desafios contemporâneos, regulação, conselho de segurança e o papel das instituições internacionais.
- 5) Reconhecimento de Estado e de governo no Direito Internacional.
- 6) Tribunais Internacionais Interestatais e de Direitos Humanos e a Judicialização do Direito Internacional.
- 7) Corte Internacional de Justiça: história, jurisdição, procedimento e função no ordenamento internacional.
- 8) Responsabilidade Internacional de Estados e Organizações Internacionais.
- 9) Imunidades dos Estados e das Organizações Internacionais.
- 10) Aplicação do Direito Internacional no âmbito doméstico e a utilização de normas e documentos nacionais no plano internacional.

Referências bibliográficas

BONAFÈ, Beatrice I; PALCHETTI, Paolo. Relying on general principles in international law. In: Research handbook on the theory and practice of international lawmaking. Cheltenham: Elgar Publishing, 2016, pp. 160-176. Disponível em: <https://www.academia.edu/29930842/Relying_on_general_principles_in_international_law>

CANÇADO TRINDADE, Antônio Augusto. Os Tribunais Internacionais Contemporâneos. Brasília: FUNAG, 2013. Disponível em: <<http://funag.gov.br/biblioteca/download/1018-tribunais-internacionais-contemporaneos.pdf>>

CONDORELLI, Luigi. Fontes do Direito Internacional. In: RAMINA, Larissa; FRIEDRICH, Tatiana. Coleção Direito Internacional Multifacetado. Volume VI. Curitiba, Juruá, 2014. Tradução: Lucas Carlos Lima. Disponível em: <https://www.academia.edu/43356560/Fontes_do_Direito_Internacional_-_Luigi_Condorelli>

CRAWFORD, James. The Current Political Discourse Concerning International Law. Modern Law



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EMDIREITO**

**Processo Seletivo 2022 - PPGD/UFMG
ANEXO III do EDITAL
Referências Temáticas e Bibliográficas - Mestrado e Doutorado**

Review, Vol. 81, 2018, pp. 1-22. Disponível em: <
<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/1468-2230.12314>>

COMISSÃO DE DIREITO INTERNACIONAL DAS NAÇÕES UNIDAS. Draft Articles on Responsibility of States for Internationally Wrongful Acts with commentaries. Disponível em < http://legal.un.org/ilc/texts/9_6.shtml > Acesso em 12/04/2018.

INTERNATIONAL LAW ASSOCIATION. Final Report on Aggression and the Use of Force. Conference Report Sidney 2018. Disponível em: <
<https://ila.vettoreweb.com/Storage/Download.aspx?DbStorageId=11391&StorageFileGuid=6a499340-074d-4d4b-851b-7a56871175d6>>.

INTERNATIONAL LAW ASSOCIATION. Final Report: Mapping the Engagement of Domestic Courts with International Law. Conference Report Johannesburg 2016. Disponível em: <
<https://ila.vettoreweb.com/Storage/Download.aspx?DbStorageId=1440&StorageFileGuid=6eb01948-0855-4ef9-8805-a83d870cad28>>

INTERNATIONAL LAW ASSOCIATION. Fourth (Final) Report: Recognition and Non-recognition in International Law. Conference Report Sidney 2018 Disponível em < https://www.ila-hq.org/images/ILA/DraftReports/DraftReport_Recognition.pdf >

LIMA, Lucas Carlos. O Comitê Jurídico Interamericano da OEA e a codificação do direito internacional regional. Revista de Direito Internacional, v. 16, p. 292-303, 2019. Disponível em: <
<https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/rdi/article/view/6075>>

MADSEN, Mikael Rask; HUNEEUS, Alexandra. Between Universalism and Regional Law and Politics: A Comparative History of the American, European and African Human Rights Systems. International Journal of Constitutional Law, Volume 16, 2018, pp. 136-160. Disponível em: <
<https://academic.oup.com/icon/article/16/1/136/4995560>>

PALCHETTI, Paolo; LIMA, Lucas Carlos. Os 70 anos da Corte Internacional de Justiça: retrospecto e perspectivas futuras do principal órgão judiciário da Organização das Nações Unidas. In: Liliana Lyra Jubilut; João Carlos Jarochinski Silva; Larissa Ramina. (Org.). A ONU aos 70: contribuições, desafios e perspectivas. 1ed. Paraná: UFPR, 2016, p. 313-353. Disponível em: <
<https://ufmg.academia.edu/LCLima>>

SALIBA, Aziz Tuffi. (Org.) Direito dos Tratados. Belo Horizonte: Arraes, 2011.

SALIBA, Aziz Tuffi. Is the Security Council legibus solutus? An Analysis of the Legal Restraints of the UNSC. Michigan State Law Review. V. 20, n. 2, p. 401-419, 2012. Disponível em: <
<https://digitalcommons.law.msu.edu/ilr/vol20/iss2/11/>>

Para o estudo das referências temáticas também em manuais, sugere-se qualquer manual atualizado de direito internacional, incluindo: SHAW, Malcom. International law. Cambridge: Cambridge University Press, 2008; DO AMARAL Jr, Alberto. Curso de Direito Internacional Público. 5a Ed. São Paulo: Atlas, 2015.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EMDIREITO**

**Processo Seletivo 2022 - PPGD/UFMG
ANEXO III do EDITAL
Referências Temáticas e Bibliográficas - Mestrado e Doutorado**

Área de Estudo: E-06 – *European Studies*

Referências temáticas

- 1) História do Estado de Direito.
- 2) Direitos fundamentais: gênese lógica; gênese histórica.
- 3) Direitos humanos: ocidentalidade; universalidade.
- 4) Cultura política europeia, do pensamento grego à contemporaneidade.
- 5) Democracia como forma política e como valor filosófico.
- 6) Desenvolvimento e Desenvolvimento Sustentável: os círculos de sustentabilidade.
- 7) Desenvolvimento e coesão social: a contribuição da União Européia.
- 8) Desenvolvimento político: conceito, desafios e contrapontos.
- 9) Desenvolvimento cultural: direitos culturais, diversidade e diferença.
- 10) História da União Européia.

Referências bibliográficas

BRANT, Leonardo Nemer Caldeira. Desenvolvimento Sustentável e Matriz Energética na América Latina; a universalização do acesso à energia limpa. Belo Horizonte: Centro de Direito Internacional, 2016.

HORTA, José Luiz Borges. História do Estado de Direito. São Paulo: Alameda, 2011.

JAMES, Paul (et al.) Urban Sustainability in Theory and Practice: Circles of Sustainability. London: Routledge and Earthscan, 2015.

MATA DIZ, Jamile Bergamaschine; SALIBA, Aziz T.; SILVA, Roberto L. (Orgs.) Europa num mundo globalizado; dilemas da coesão e do desenvolvimento social. Belo Horizonte: Arraes, 2018.

MIDDELAAR, Luuk van. Europa em Transição; como um Continente se transformou em União. Trad. Ramon a. Gerrits. São Paulo: É, 2017.

MOLINA DEL POZO, Carlos Francisco. Manual de Derecho de la Comunidad Europea. 4. ed. Dijusa, Madrid: Dijusa, 2002.

MORUJÃO, Carlos; OLIVEIRA, Cláudia (coords.) A Ideia de Europa; de Kant a Hegel. Lisboa: Universidade Católica Editora, 2010.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EMDIREITO**

**Processo Seletivo 2022 - PPGD/UFMG
ANEXO III do EDITAL
Referências Temáticas e Bibliográficas - Mestrado e Doutorado**

SALGADO, Karine; DAL RI JUNIOR, Arno (orgs.) Entre o Medieval e o Moderno. Belo Horizonte: EdUFMG.

SALGADO, Joaquim Carlos. A Idéia de Justiça no Período Clássico; ou Da Metafísica do Objeto: a Igualdade. Belo Horizonte: Del Rey, 2018.

SIMMS, Brendan. Europa, a luta pela supremacia; de 1453 aos nossos dias. Trad. Miguel Freitas da Costa. Lisboa: Edições 70, 2015.